



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
BACHARELADO EM FILOSOFIA

CAMILA CARDOSO DE MORAIS

**A NOÇÃO DE RESPONSABILIDADE NAS AÇÕES HUMANAS: A
POSSIBILIDADE DE AGIR DE OUTRO MODO DE ACORDO COM A
FILOSOFIA ARISTOTÉLICA REPRESENTADA NA ÉTICA A NICÔMACO**

Orientador: Prof. Dr. Roberto Grasso

João Pessoa
2022

CAMILA CARDOSO DE MORAIS

**A NOÇÃO DE RESPONSABILIDADE NAS AÇÕES HUMANAS: A
POSSIBILIDADE DE AGIR DE OUTRO MODO DE ACORDO COM A
FILOSOFIA ARISTOTÉLICA REPRESENTADA NA ÉTICA A NICÔMACO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para
obtenção do grau de Bacharelado na
Graduação de Filosofia pela
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Orientador: Prof. Dr. Roberto Grasso

João Pessoa

2022

CAMILA CARDOSO DE MORAIS

**A NOÇÃO DE RESPONSABILIDADE NAS AÇÕES HUMANAS: A
POSSIBILIDADE DE AGIR DE OUTRO MODO DE ACORDO COM A
FILOSOFIA ARISTOTÉLICA REPRESENTADA NA ÉTICA A NICÔMACO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Aprovado em ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Roberto Grasso (UFPB)
Orientador

Prof. Dr. Anderson D’Arc Ferreira (UFPB)
Examinador

Prof. Dr. Francisco de Assis Vale Cavalcante Filho (UFPB)
Examinador

Todas as coisas tendem ao
bem.
Aristóteles

AGRADECIMENTOS

Ao meu “eu” que, incansavelmente, resistiu aos desequilíbrios da vida e, nos dias mais incertos, foi seu próprio baluarte e conforto. O meu muito obrigado por sua insistência e teimosia em fazer dar certo essa jornada filosófica desafiadora. E, nos momentos em que uma parte de mim quis desistir, outra estava se auto reerguendo. Meu alicerce.

Aos Orixás, guias espirituais na minha vida. Minha mãe Iansã e meu pai Oxóssi pela proteção e caminhos abertos que me conduziram nos obstáculos da vida. Minha ancestralidade e força.

Aos meus pais, Zenilda Cardoso e Josias Cardoso, pelo investido em minha vida escolar e acadêmica. Muito obrigada por ter insistido nos meus sonhos, mesmo sem compreender as minhas inclinações naturais. Pelo cuidado, zelo e segurança. Minha proteção.

Às minhas irmãs, Clarice Moraes e Apuena Serre, pelos inúmeros momentos de carinho, amizade, conversas, apoio e, sobretudo, pelo amor trocado ao longo de nossas vivências. Minhas inspirações.

À Ângela Elisa Cabral, o meu maior presente que a Graduação de Filosofia trouxe, aquela em que pude dividir e compartilhar momentos, afetos e as dores da vida. Aquela que compreende exatamente as minhas singularidades e crises existenciais. Obrigada por sua existência e, por isso, não sou mais a mesma. Minha sorte.

A Henrique José Cavalcante, por ser apoio durante todos esses anos, pelas vivências diárias, por me colocar no eixo de mim mesma quando eu não conseguia e, por horas seguidas, ouvir-me e trocar pensamentos dos quais nunca chegamos à alguma conclusão. Meu equilíbrio.

A todos os amigos e amigas da alma com quem tive o privilégio de trocar momentos afetuosos, vivenciar experiências, ouvir músicas intensas, rir alto e, sobretudo, por cada passagem singular em minha vida. Por me inspirarem com sua força, coragem e autenticidade. Pela amizade. Pessoas que me constituem.

Aos meu amigos da Graduação, grandes companheiros, nessa jornada filosófica e que me ensinaram um pouco da vida, cada troca de sonho acadêmico que nos uniu à filosofia. Meu carinho.

Ao Professor Doutor Roberto Grasso, que, com extrema competência e esmero, me conduziu aos ensinamentos filosóficos, por ouvir e organizar as minhas ideias. Por todo apoio e suporte, pela compreensão do meu tempo e espaço, por sua orientação concedida com felicidade e prazer. Uma referência como ser humano e professor. Minha gratidão.

A todos os Docentes do Departamento de Filosofia que contribuíram para minha formação, deixando riquíssimos aprendizados, por compreenderem minha jornada acadêmica e incentivarem diariamente a busca pelo conhecimento. Por insistirem para que cada aluno tivesse sucesso. Minhas referências.

À Universidade Federal da Paraíba, por resistir em tempos de corte de verbas, incertezas políticas, preconceitos e retrocessos. Obrigada por ter sido casa, ponto de acesso direto para o conhecimento e de construção do pensamento crítico. Por me ter dado o privilégio de viver anos incríveis e trocas especiais. Por ser libertação. Meu orgulho constante.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo examinar a noção de responsabilidade, nas ações humanas, através da filosofia aristotélica. A obra analisada é a *Ética a Nicômaco*, a qual possui uma característica marcante dentro da literatura de Aristóteles: sua permanência no imaginário, no ideário e na *práxis* da sociedade. A função do autor nos parece ser lançar fundamentos para a ética posterior e, como podemos verificar, o pensamento ético do filósofo continua sendo abordado e estudado ao longo de toda história da filosofia. Haja vista a importância das questões éticas e políticas, procuramos abordar as noções morais e éticas, a possibilidade de os homens agirem de outro modo, ou seja, como Aristóteles fundamenta seu pensamento acerca da responsabilidade e da liberdade dos indivíduos. Por fim, levantamos problemas filosóficos ora abordados na *Ética a Nicômaco* como a responsabilidade dos homens, perante suas ações, além da disposição do caráter e da possibilidade de agirmos diferente. Como exemplo, pode-se mencionar a tragédia de Édipo Rei. Será que Édipo, filho de Laio e Jocasta, é responsável por suas ações ora voluntárias, ou ele já estava condenado pelo oráculo a praticar tal ato? Tendo em vista que anterior à sua vontade, já lhe estava previsto tamanho acontecimento.

Palavras-chave: Filosofia; Aristóteles; Ética; Responsabilidade; Liberdade.

ABSTRACT

This work aims to examine the notion of responsibility in human actions through Aristotelian philosophy. The analysis focuses on the *Nicomachean Ethics*, whose striking feature within Aristotle's literature is its permanence in the imaginary, in the ideas and in the praxis of society. The author's function seems to be to lay foundations for later ethics and, as we can see, the philosopher's ethical thought continues to be approached and studied throughout the history of philosophy. In view of the importance of ethical and political issues, we sought to address moral and ethical notions, the possibility of men acting differently, that is, how Aristotle bases his thinking on the responsibility and freedom of individuals. Finally, we raise philosophical problems now addressed in *Nicomachean Ethics* such as the responsibility of men before their actions, the disposition of character and the possibility of acting differently. As an example, one can mention the tragedy of *Oedipus Rex*. Is Oedipus, son of Laius and Jocasta, responsible for his now voluntary actions, or was he already condemned by the oracle to practice such an act? For we should bear in mind that, prior to his will, such an impairment was already foreseen for him.

Keywords: Philosophy; Aristotle; Ethic; Responsibility; Freedom.

SUMÁRIO

1 Introdução	10
2 A Evolução do Pensamento Aristotélico no Lugar da Ética a Nicômaco	13
3 A Liberdade Antes da Noção de Vontade	26
4 A Escolha Deliberada e a Disposição do Caráter: o Homem Como Ser Livre e Capaz de Agir Virtuosa e mente	37
5 O Que Depende de Nós: A Responsabilidade Moral e a Possibilidade de Agir de Outro Modo	48
6. Conclusão	53
Referências:	56

1 Introdução

A *Ética a Nicômaco* é uma das obras clássicas da filosofia, ela ocupa um lugar fundamental na base do pensamento filosófico e humano. Seu autor, Aristóteles, como iremos ver, nos seguintes capítulos, expõe seu entendimento acerca da moral e da ética. Além disso, ele analisa a virtude, o hábito e a responsabilidade das ações voluntárias e involuntárias.

Podemos entender a *Ética a Nicômaco* como uma obra que busca o aperfeiçoamento moral do homem individual, uma vez que a sua realização está inserida na política da *pólis*. Ela é reconhecida como uma das principais obras-primas da filosofia moral. Nesta obra, é apresentada ao leitor a questão fundamental de toda a investigação ética.

Ainda, compreende-se que a intenção do autor ao escrever a *Ética a Nicômaco* foi, em partes, lançar os fundamentos para toda a ética posterior. O que se vê, fortemente, é a ética, como ciência da moralidade, sendo inspirada e utilizando os fundamentos aristotélicos para explicar, por exemplo, as ações humanas, a responsabilidade moral dos indivíduos etc.

A respeito do exposto, pode-se deduzir que a ética, dentro da filosofia aristotélica, conduz as ações humanas a respeito das boas ações, que derivam das virtudes, ou das não-éticas, as ações consideradas más, que derivam dos vícios.

Com relação às obras clássicas do autor, pode-se verificar que uma característica marcante é a sua permanência no imaginário, ideário e *práxis* de uma sociedade. A importância do pensamento de Aristóteles acerca de um tema e/ou problema filosófico, permeia séculos de estudos e influência. Assim, o presente trabalho tem como finalidade examinar a noção de responsabilidade através da filosofia aristotélica, na qual, foi analisada a obra *Ética a Nicômaco* (cujo título será abreviado em EN, daqui para a frente).

Após, uma breve síntese do que é tratado na obra, é importante falar sobre o tempo em que ela foi escrita, e, principalmente, sobre o autor da obra, ou seja, qual o seu pensamento dentro da filosofia. Aristóteles foi um filósofo grego durante o período clássico da Grécia Antiga. Foi um Estagirita que viveu entre 384 a.C. - 322 a.C. O filósofo fundou a escola peripatética e o Liceu, além disso, foi aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande.

Aristóteles é conhecido por sua abrangência de assuntos, nos seus escritos, foi

um filósofo que “passeou” entre a ética, biologia, metafísica, lógica e, até mesmo, a zoologia. Com isso, seus escritos ganham uma complexidade e uma diversidade filosóficas bem características dos textos aristotélicos, dado à amplitude de conhecimentos do autor. Com isso, ao estudarmos inúmeros assuntos, dentro da filosofia, é importante inclinarmos nossos olhares a Aristóteles, pois há uma enorme possibilidade de ele ter escrito algo sobre tal temática.

Ademais, o ponto de partida que Aristóteles inclina-se é a reflexão acerca da ciência. “Quando tratamos sobre o ‘saber’, Aristóteles divide em: saber teórico, prático e poético, sendo sistematizada a ciência prática em segundo lugar, pois são, hierarquicamente, inferiores às ciências teóricas.” (REALE, 1994, p. 405).

Assim, como bem fala o Professor Paulo César Nodari quando se refere à filosofia aristotélica, “o corpo é um instrumento da alma e deve colaborar com ela na realização da sua tarefa enquanto homem. A alma comanda e o corpo obedece. O corpo é subordinado como instrumento da alma. O corpo é total e exclusivamente feito para o bem da alma” (CÉSAR NODARI, 1997, p. 385).

É importante frisar que tais assuntos não serão vistos, no presente trabalho, mas que, tendo em vista a complexidade do autor tratado e da obra, há de se entender tais apontamentos breves como uma forma de introduzir o leitor aos capítulos à frente.

Com isso, voltando para a obra principal, isto é, *Ética a Nicômaco*, podemos inferir que a ética de Aristóteles é teleológica. Em outras palavras, tem uma finalidade. Na *Ética a Nicômaco* essa finalidade é absoluta e dada como a felicidade (*eudaimonia*).

Para o autor, todas as coisas tendem ao bem. Ele distingue alguns tipos de bem, mas aquele que é absoluto, e que todos os indivíduos almejam, é a felicidade. E esta é “o fim último dos homens. O bem desejado por si”. (EN I, 1094a, 18-19; ARISTÓTELES, 2001, p.17).

Para tanto, prosseguindo a sistematização da *Ética a Nicômaco*, o autor introduz e analisa as ações e deliberações humanas, passando pela atividade da razão, as virtudes e os atos voluntários e involuntários entre os livros III e VI. Aristóteles aborda o comportamento dos homens e a noção de responsabilidade que advém de suas ações individuais. O autor analisa as condições que permitem identificar as intenções e as escolhas do agente, o porquê delas etc.

Aristóteles não busca, propriamente, responder os dilemas morais e éticos, há muito mais, quando se lê Aristóteles, tem-se um confronto com o imaginário e os próprios conceitos individuais.

Com isso, a busca principal deste trabalho acadêmico é muito mais modesta diante da grandeza e magnitude da *Ética a Nicômaco*. Para tanto, o que se pretende é transmitir, primeiramente, a compreensão da filosofia aristotélica presente nas ações humanas. Passando pela evolução do pensamento do autor, sua investigação e os problemas filosóficos a respeito da responsabilidade moral ligada à possibilidade de os indivíduos agirem de outro modo.

Secundariamente, há um desejo pessoal de estudar os comportamentos humanos e suas ações perante a filosofia aristotélica. Pois, como uma forma de curiosidade, houve uma busca pelo entendimento de algumas ações e como a filosofia nos traz esses dilemas morais e éticos.

Para isso, o objetivo principal proposto é trazer a temática, sobretudo, da responsabilidade nas ações humanas. Aristóteles utiliza a expressão *to eph'hêmin* (o que depende de nós) para elucidar a investigação acerca da escolha dos indivíduos. Em outras palavras, os homens têm a capacidade racional de escolher fazer ou não fazer, isto é, x ou $\sim x$. Tal capacidade dos agentes é vista como a escolha deliberada. Sendo assim, pode-se refletir se há ou não a possibilidade de o indivíduo, em uma determinada situação, agir de outra forma.

Desta maneira, abre-se um suposto questionamento: um agente em uma dada situação age de tal forma. Entretanto, se este mesmo indivíduo estivesse em uma situação diferente, ele agiria da mesma forma? O autor utiliza, na *Ética a Nicômaco*, alguns exemplos que podem elucidar o interior de tal questão. (EN III, 1110 a, 5-10; ARISTÓTELES, 2001, p.44).

Para compreender o posicionamento de Aristóteles, há de se entender que a prática reiterada de algumas ações nos conduz a uma disposição de caráter, seja ela com virtudes ou vícios. Tal disposição funcionará como uma natureza para os homens. Somos, como seres humanos dotados de razão, responsáveis por nossas ações, sejam elas boas ou más. A prática de atitudes boas funcionará para o indivíduo com uma disposição que o leva a mais práticas boas.

Por fim, de acordo com Aristóteles, a possibilidade de agir de outro modo é quase impossibilitada dada às circunstâncias do indivíduo. Em outras palavras, há a possibilidade de dizer sim ou não às ações, mas a nossa disposição interfere diretamente nas respostas a tal dilema (x ou $\sim x$); o que tornará praticamente impossível a mudança do caráter adquirido.

2 A Evolução do Pensamento Aristotélico no Lugar da Ética a Nicômaco

A noção de responsabilidade, na ética aristotélica, representa o “modo de ser”, o “caráter” dos indivíduos dentro da *pólis*, isto é, a cidade grega. Lá, eles poderiam, através das normas e costumes que regiam o tempo, construir suas bases morais para tornar a sociedade melhor. Ou seja, o indivíduo busca o bem, tanto para si quanto para a sociedade, com a finalidade de preservar a cidade grega e fazê-la melhor.

Entende-se, através da construção histórica da ética, que ela surge, então, como resultado das leis, dos costumes e das virtudes e hábitos (*héxis*), gerados pelo caráter dos indivíduos. É através dos costumes e dos hábitos, no cotidiano de uma sociedade, que as leis são fomentadas e necessárias.

A obra principal do presente trabalho, *Ética a Nicômaco*, é reconhecida como uma das principais obras-primas da filosofia moral. É nesta obra, que é apresentada ao leitor a questão fundamental de toda a investigação ética. O autor é inclinado, desde o livro I, a dissertar sobre a questão fundamental de toda a investigação ética. Ele questiona-se sobre qual é o fim último de todas as atividades humanas. Para o autor, “toda arte e toda investigação, e semelhantemente toda ação e toda escolha parece tender a um bem qualquer, por isso, corretamente declararam que todas as coisas tendem ao bem.” (EN I, 1094a, 1-3; ARISTÓTELES, 2001, p. 17).

A respeito do exposto, pode-se deduzir que a ética, dentro da filosofia aristotélica, conduz os seres humanos a respeito das boas ações, cuja disposição correspondente são as virtudes, ou das não-éticas, as ações consideradas más, às quais correspondem os vícios.

Segundo o dicionário de filosofia de Nicola Abbagnano, o termo moral apresenta dois sentidos: o primeiro deriva do “lat. *Moralia*; in: *Morals*”, fr. *Morale*; it. *Morale*; significa “o mesmo que *Ética*”. Objeto da ética, conduta dirigida ou disciplinada por normas, conjunto dos mores.

Neste significado, a palavra é usada nas seguintes expressões: ‘M. dos primitivos’, ‘M. contemporânea’ etc.” No segundo sentido, deriva “lat. *Moralis*; in *Moral*”.

A respeito disso, podemos verificar no Dicionário de Filosofia:

Este adjetivo tem, em primeiro lugar, os dois significados correspondentes aos do substantivo moral: 1º atinente à doutrina ética, 2º atinente à conduta e, portanto, suscetível de avaliação M., especialmente de avaliação M. positiva. Assim, não só se fala de atitude M. para indicar uma atitude moralmente valorável, mas também coisas positivamente valoráveis, ou seja, boas (ABBAGNANO, 2007. p.795).

Assim, embora os termos “ética” e “moral” sejam, etimologicamente falando, sinônimos, a ética como ciência aparece na filosofia como uma ferramenta que estuda os contornos teóricos, que nos permitem entender a moralidade do sujeito. Desta forma, a ética seria uma ferramenta de reflexão e estudo, isto é, a ciência teórica, enquanto a moral seria o objeto de estudo da ética, sendo assim, a parte prática das ações humanas, por exemplo. Assim, pode-se entender que elas são interdependentes, pois sem uma não há como a outra existir.

Partindo desse princípio, a *ciência da moral* (ética) estuda os desdobramentos teóricos que permitem entender a moralidade do sujeito individualmente. À moral compete o agir concreto, a prática, isto é, a esfera da *práxis*. Resumidamente, a ética como ciência é a reflexão (*theoria*) do ‘porquê o indivíduo pensa, age, deseja, determinada coisa’; já a moral diz respeito à ação (*práxis*) dos indivíduos.

Em outras palavras, pode-se entender que a palavra ‘ética’ – derivada do termo grego *Ethos*, que tem o sentido de “costume” – indica a ciência dos costumes. Já a moral não é uma ciência, mas sim, o objeto, ou seja, conteúdo da ciência. A ética como ciência busca extrair e alimentar-se de fatos morais, de forma a elaborar diretrizes e princípios aplicáveis às relações humanas.

O objeto da investigação dos livros de III a VI da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, os quais serão também abordados, no presente trabalho, é o comportamento do homem em relação à sua noção de responsabilidade, tanto individual quanto na sociedade.

Para este fim, Aristóteles elabora uma análise das condições que permitem identificar as intenções e as escolhas de uma pessoa como a causa determinante de uma ação. Isso inclui o estudo das correlações entre a ação e a disposição do caráter do agente. O estudo desta obra de Aristóteles representa uma ocasião proveitosa para aprofundar nossa compreensão das noções de ação e responsabilidade humana.

Para tanto, a obra principal que será examinada é a que origina o termo ‘ética’, a *Ética a Nicômaco*. Para fins de compreensão, o livro é um dos mais cultuados trabalhos do filósofo Aristóteles. Alguns historiadores acreditam que o nome advém de uma dedicatória do filósofo ao seu filho “Nicômaco”.

A obra está dividida em dez livros através dos quais o autor expõe seu entendimento sobre as virtudes, hábitos, prudência, moralidade etc. Apesar de suas obras serem escritas em tempos distintos dos atuais, com valores, hábitos e costumes

diferentes, a permanência dos textos Aristotélicos é percebida, hoje em dia, nas noções modernas de justiça, responsabilidade e felicidade, por exemplo.

Com isso, podemos compreender que, ao longo dos séculos, os seres humanos, frequentemente, lidavam com os dilemas da alma e as problemáticas que advinham da sociedade. Temáticas relacionadas à felicidade (*eudaimonia*) até hoje são estudadas em diversas ciências e, como embasamento, utilizam-se dos escritos de Aristóteles para uma determinada compreensão ou até mesmo para refutar tais ideais do fim último do homem.

Na *Ética a Nicômaco*, o autor inclinou-se em busca de saber o fim último dos homens, para tanto, procurou entender a responsabilidade dos indivíduos perante as suas ações. Na sociedade moderna, ainda se vê conceitos aristotélicos sendo utilizados para tentar entender tais problemáticas. Em outras palavras, a obra aristotélica permeou milênios e, até hoje, é estudada como fonte para a ética como ciência da moralidade.

A ética, para Aristóteles é “uma busca ou investigação.” (EN I, 6, 1096a 12;1102a, 13; ARISTÓTELES, 2001, p. 21; p.35-36). A obra representa uma busca investigativa por possíveis respostas e definições em prol de um “objetivo final” da vida humana, isto é, o bem, a felicidade.

É natural ao indivíduo, ou seja, faz parte da própria essência humana, direcionar todas as ações para uma finalidade. Dentre as inúmeras finalidades existe, na compreensão teleológica aristotélica do livro I, um término, um fim último, que é um bem desejado por si. Para Aristóteles, “todas as coisas tendem ao bem.” (EN 1094a3; ARISTÓTELES, 2001, p. 17).

Ainda, o filósofo disserta acerca das ações:

Se há, então, para as ações que praticamos alguma finalidade que desejamos por si mesmas, sendo tudo mais desejado por causa dela, e se não escolhermos tudo por causa de algo mais (se fosse assim, o processo prosseguiria até o infinito, de tal forma que nosso desejo seria vazio e vão), evidentemente tal finalidade deve ser o bem e o melhor dos bens. (EN I, 1094a; ARISTÓTELES, 1997, p. 17).

No Livro I, Aristóteles formula critérios que pensa ser objetivo final. Este deve satisfazer o indivíduo como o ápice, ser auto-suficiente e mais preferível. Ou seja, deve ser um bem supremo, o qual todos desejam. O autor apresenta uma hierarquia de bens, em que ele divide os bens em relativos e intrínsecos ao homem. Os relativos são aqueles necessários para a vida cotidiana (bens materiais, prazeres, etc). Estes são, demasiadamente, mutáveis, pois estão relacionados às paixões humanas (*páthē*) (*Phatos*), e, por isso, os seres humanos sempre irão desejar mais. Os bens intrínsecos não visam a

outros, porque são auto-suficientes, isto é, são bens supremos. O bem último é a felicidade.

Acerca da natureza da felicidade, Aristóteles argumenta que muitos pensam que a felicidade está em algo óbvio, ou simples, logo, em um bem relativo ligado às circunstâncias do momento, como saúde e riquezas. Portanto, estes bens são pré-requisitos para atingir a felicidade, ou seja, meios para atingir o fim último (o bem supremo). Dessa forma, salienta o Estagirita:

A maioria pensa que se trata de algo simples e óbvio, como o prazer, a riqueza ou as honrarias; mas até as pessoas componentes da maioria divergem entre si, e muitas vezes a mesma pessoa identifica o bem com coisas diferentes, dependendo das circunstâncias – com a saúde, quando ela está doente, e com a riqueza quando empobrece. (EN I, 1095 a; ARISTÓTELES, 2001, p. 19).

Na mesma abordagem de interpretação:

Mas evidentemente, como já dissemos, a felicidade também requer bens exteriores, pois é impossível, ou na melhor das hipóteses não é fácil, praticar belas ações sem os instrumentos próprios. Em muitas ações usamos amigos e riquezas e poder político como instrumentos, e há certas coisas cuja falta empana a felicidade – boa estirpe, bons filhos, beleza – pois o homem de má aparência, ou mal-nascido, ou só no mundo e sem filhos, tem poucas possibilidades de ser feliz, e tê-las ainda menores se seus filhos e amigos forem irremediavelmente maus ou se, tendo tido bons filhos e amigos, estes tiverem morrido. Como dissemos, então, a felicidade parece requerer o complemento desta ventura, e é por isto que algumas pessoas identificam a felicidade com a boa sorte, embora outras a identifiquem com a excelência. (EN I, 1099a; ARISTÓTELES, 2001, p.28).

Em segundo lugar, o autor identifica um campo de busca no Argumento da Função elaborado em I.7 (1097b22-1098a20; ARISTÓTELES, 2001, p.24-26) para dissertar sobre a perspectiva do objetivo final dos homens. E este é encontrado através das atividades que podem realizar bons traços de caráter ou as virtudes. Isto é, tudo o que é uma “atividade de acordo com a virtude” (EN I, 1098a16-17, ARISTÓTELES, 2001, p.26).

Após isso, ele passa a examinar minuciosamente – sendo esse, a maior parte da sua obra – cada uma das virtudes, suas atividades e características: a coragem, generosidade e justiça, abordadas entre os Livros 3 ao 6 de *Ética a Nicômaco*. Ainda, o autor propõe, em sua obra, que a felicidade (*eudaimonia*) é uma atividade da alma segundo a virtude perfeita. Nas palavras do autor:

Já que a felicidade é uma atividade da alma conforme à virtude perfeita, devemos considerar a natureza da virtude: pois talvez possamos compreender melhor, por esse meio, a natureza da felicidade. (EN I, 13, 1012 a 5-7; ARISTÓTELES, 2001, p. 24).

Por conseguinte, a ética como ciência irá utilizar tais concepções aristotélicas

para entender a natureza da virtude. Com isso, do livro I até o livro II, Aristóteles irá abordar temas que fazem parte do estudo moral. A exemplo disso, estão tópicos como a escolha deliberada, a virtude como meio-termo, o ato voluntário, a disposição do caráter.

Como veremos, o autor entrelaça esses conceitos ao elaborar sua resposta a um problema clássico da história da filosofia: a noção de responsabilidade do indivíduo, ou seja, a vontade livre de cada homem para agir conforme sua escolha deliberada.

Assim, a *Ética* é composta por três sessões principais, bem como uma quarta, que discute tópicos paralelos. Por ora, pode-se ter um esboço caracterizado da seguinte forma: a) O objetivo final da vida humana, critérios e campo de pesquisa (I.1-12); b) As virtudes e as suas características - origem, definição e classificação da virtude (I.13, livro II); c) A relação entre virtude e ação (III.1-5); d) As virtudes (II.6-6.13); e) As virtudes relacionadas ao pensamento (VI.1-13).

A noção de responsabilidade, no pensamento ético aristotélico, é vista como um deliberado subjetivismo de cada indivíduo, ou seja, através da construção individual do homem, com sua moral e hábitos é que este irá agir plenamente com suas escolhas deliberadas livres e responsabilizar-se por elas. Sendo assim, a moralidade de cada indivíduo influenciará nas suas ações cotidianas. A moral de cada indivíduo o tornará responsável pelas suas ações decisórias.

Assim, através das decisões de um determinado agente é que pode-se entender a disposição do seu caráter em agir para o bem e o mal. Ou seja, a partir das decisões e disposições por trás de uma ação tomada por uma pessoa é que a ética aristotélica irá entender se esta é boa ou ruim. O por que de tal decisão representa a maneira como a noção de responsabilidade influencia nas atitudes.

Através deste capítulo, serão discutidos os principais temas da *Ética a Nicômaco* para que o leitor seja levado a um “passeio histórico” dentro da obra, que serão úteis para a compreensão do presente estudo. Ainda sobre isso, há de se entender que o estudo do pensamento de Aristóteles é fundamental ao estudo da ética.

A perspectiva aristotélica auxilia o entendimento acerca da ética, e os dilemas abordados pelo autor servem de base para o aprimoramento de tais estudos. Sendo assim, a ética aristotélica é, veementemente, utilizada seja para inspirar-se, seguir ou criticar a concepção do autor.

Aristóteles foi o grande sistematizador da ciência ocidental, partindo de uma reflexão acerca da ciência ética, dividindo o saber em teórico, prático e poiético. Tais divisões são apresentadas no livro E 1 da *Metafísica* e no Livro VI da *Ética a Nicômaco*.

Nas palavras do autor:

Na classe das coisas variáveis estão incluídas tanto as coisas produzidas quanto coisas praticadas, pois há uma diferença entre produzir e agir [...] assim, a capacidade raciocinada de agir é diferente da capacidade raciocinada de produzir; e de mesmo modo não se incluem uma na outra, porque nem agir é produzir, nem produzir é agir. (EN VI, 1141 a, 1-3; ARISTÓTELES, 2001, p. 31).

Ao falar sobre a ética, deve-se fazer entender que Aristóteles foi o seu fundador como uma “ciência prática” e teleológica, ou seja, indica um fim absoluto, nas ações humanas, que é natural ao homem. Todas as ações, para o autor, tendem a um fim intencional que ele classifica de “o bem”.

Para Aristóteles, “o bem soberano é a felicidade, para onde todas as coisas tendem,” (EN I, 1094 a, 3; ARISTÓTELES, 2001, p. 17). Em outras palavras, a felicidade é um bem supremo, absoluto. Este é o bem maior e mais desejado pelos homens, aquele em relação ao qual os outros bens são meios. Sendo assim, há um fim último, nas ações humanas, bem como explicita o Livro:

Se há, então, para as ações que praticamos alguma finalidade que desejamos por si mesmas, sendo tudo mais desejado por causa dela, e se não escolhermos tudo por causa de algo mais (se fosse assim, o processo prosseguiria até o infinito, de tal forma que nosso desejo seria vazio e vão), evidentemente tal finalidade deve ser o bem e o melhor dos bens. (EN I, 1094 a, 19-21; ARISTÓTELES, 2001, p. 17).

Dando um passo adiante, nas discussões aristotélicas, o autor diferencia os homens dos outros seres com um elemento essencial, a racionalidade:

A vida parece ser comum até às próprias plantas, mas agora estamos procurando o que é peculiar ao homem. Excluamos, portanto, a vida de nutrição e crescimento. A seguir há uma vida de percepção, mas essa também parece ser comum ao cavalo, ao boi e a todos os animais. Resta, pois, a vida ativa do elemento que tem um princípio racional; desta, uma parte tem tal princípio no sentido de ser-lhe obediente, e a outra no sentido de possuí-lo e de exercer o pensamento. E, como a "vida do elemento racional" também tem dois significados, devemos esclarecer aqui que nos referimos a vida no sentido de atividade; pois esta parece ser a acepção mais própria do termo. (EN I, 1094 b; ARISTÓTELES, 2001, p. 13-14).

Nenhum outro ser ou animal tem a capacidade humana, em sua disposição natural, de ser constituído racional. Através da racionalidade o ser humano é, potencialmente, capaz de ser virtuoso. Aristóteles utiliza o conceito grego de *areté* (virtude) que significa um grau de excelência no exercício de uma capacidade que um ser possui como própria.

A *areté* é uma certa realização do que é uma função natural, entretanto, não está garantida apenas com a posse das capacidades essenciais. A prática de uma ação virtuosa através do ser virtuoso é uma atividade da alma enquanto possuidora do *lógos*

(razão). Somente através do pensar racional é que o indivíduo pode agir com virtude.

Como afirma o autor:

Ora, se a função do homem é uma atividade da alma que segue ou que implica um princípio racional, e se dizemos que "um tal-e-tal" e "um bom tal-e-tal" têm uma função que é a mesma em espécie (por exemplo, um tocador de lira e um bom tocador de lira, e assim em todos os casos, sem maiores discriminações, sendo acrescentada ao nome da função a eminência com respeito à bondade — pois a função de um tocador de lira é tocar lira, e a de um bom tocador de lira é fazê-lo bem. (EN I, 1094 b; ARISTÓTELES, 2001, p. 14).

Para Aristóteles, há dois tipos de virtudes que os homens apresentam: virtudes intelectuais e virtudes éticas. A virtude intelectual (dianoética) está relacionada com o aprendizado, com a qual, necessariamente, o homem precisa de experiência e tempo, a virtude moral é um produto dos hábitos e costumes.

Aristóteles, entretanto, acredita que as virtudes não se constituem em nós por natureza, pois nada do que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito. Sendo assim, se partirmos do princípio que as virtudes existem da natureza, estas não podem tornar-se diferentes pelos hábitos. Salienta o autor no livro II:

Por exemplo, a pedra, que por natureza se move para baixo, não pode ser habituada a mover-se para cima, ainda que alguém tente habituá-la jogando-a dez mil vezes para cima; tampouco o fogo pode ser habituado a mover-se para baixo, nem qualquer outra coisa que por natureza se comporta de determinada maneira pode ser habituada a comportar-se de maneira diferente. (EN II, 1103a; ARISTÓTELES, 2001, p.27).

Na mesma abordagem:

A expressão "por natureza" é entendida aqui como princípio de necessidade. Com isso, as virtudes não se produzem por natureza, e nem tampouco contra a natureza, mas "a natureza nos dá capacidade de recebê-la, e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito". A virtude não é nem natural, nem inatural ao homem. O homem adquire essa capacidade pela prática, pela ação; tornamo-nos justos e moderados pela prática de atos justos ou moderados: As coisas que temos de aprender antes de fazer aprendemo-las fazendo-as, por exemplo. Os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara; da mesma forma tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e corajosos agindo corajosamente. (EN II, 1103 a; ARISTÓTELES, 2001, p.27).

Na obra de Aristóteles, o autor parte da análise das ações humanas, a finalidade da sua obra era não só o conhecimento teórico, mas, principalmente, a prática humana de comportamentos moralmente bons. Sobre essas ações humanas, é necessário ressaltar que tanto o excesso como a deficiência devem ser evitados, para ele, os homens devem agir de acordo com a reta razão, isto é, a sabedoria. Desta forma, o autor afirma:

Temos uma confirmação disto no fato de que ainda hoje todos os homens, quando definem a virtude, após indicar a disposição de caráter e os seus objetos, acrescentam: "aquilo (isto é, aquela disposição) que está de acordo com a reta razão". Ora, a reta razão é o que está de acordo com a sabedoria

prática. (EN VI, 1144 b; ARISTÓTELES, 2001, p. 139).

A virtude repousa sobre a égide do meio termo (*mesótês*) entre essas ações, ou seja, um estado habitual que dirigem as decisões como uma justa medida relativa aos homens. Este é um estado habitual que dirige as decisões e consiste-se numa justa medida relativa a nós, em que a norma é a regra moral. Para o autor, “(...) se deve preferir o meio-termo e não o excesso ou a falta, e que o meio-termo é determinado pelos ditames da reta razão” (EN VI, 1138 b; ARISTÓTELES, 2001, p. 121).

Aristóteles, em todos os dez livros da *Ética a Nicômaco*, retoma o que para ele seria o objetivo primeiro da vida: alcançar a felicidade. É evidente que o fim da vida seria o bem supremo, pois não há como viver sem ansiar por isto. Seria vazio e inútil. Todavia, para alcançarmos a felicidade, precisamos viver racionalmente, e viver racionalmente significa viver segundo a virtude. A virtude é encontrada no meio termo entre ações opostas. Ainda, ela irá depender de um julgamento, por força da norma da sabedoria prática, ou reta razão (*orthós lógos*), para repudiar o excesso e alcançar a *mesótês*.

Nas palavras do próprio autor:

A excelência moral, então, é uma disposição da alma relacionada com a escolha de ações e emoções, disposição esta consistente num meio termo (o meio termo relativo a nós) determinado pela razão (a razão graças à qual um homem dotado de discernimento o determinaria. (EN II, 1094b; ARISTÓTELES, 2001, p.30).

Com base nas ações de um indivíduo é que se poderia dizer se ele é um sujeito bom ou mau. Em outras palavras, é através das atitudes boas feitas pelo homem que se identifica se ele é um indivíduo bom.

Entretanto, pode-se chegar a alguns questionamentos: em qual medida de autonomia, o sujeito pode ser considerado responsável por suas atitudes? Até que ponto, o sujeito tem liberdade de agir e tomar decisões boas na sociedade em que está inserido? Há como praticar atos bons caso não formos bons? Todos os homens são sempre responsáveis por suas ações perante o mundo? Em qual contexto Aristóteles tematiza a questão de responsabilidade do agente moral?

Para exemplificar a noção de responsabilidade em Aristóteles, podemos utilizar um paradoxo da tragédia de *Édipo Rei*, que o autor considera como o ápice da realização dramática na sua *Poética*. O mito fala sobre Laio e Jocasta, monarcas de Tebas e progenitores de Édipo. Estes tomam conhecimento, através de um oráculo, que lhes prediz que o seu filho será o assassino de seu pai e o esposo incestuoso de sua mãe.

Para tanto, ambos resolvem que o filho deverá ser morto. Um servo foi incumbido a esse serviço cruel, porém não consegue realizá-lo, e a criança é adotada pelos monarcas de um outro reino. Édipo, já adulto e príncipe, toma conhecimento do oráculo e, horrorizado, foge do reino que o adotou, temendo, faticamente, que lhe ocorresse o predito pelo oráculo. Ao fazê-lo, dirigiu-se a Tebas e, no caminho para a cidade, em uma discussão na estrada, mata um homem.

“Ato contínuo, decifra o enigma da esfinge que amaldiçoa a cidade, tornando-se seu salvador e casa-se com a rainha viúva. Ocorre, entretanto, que o homem morto, na estrada, é seu pai, Laio. E que sua esposa é Jocasta, sua mãe.” Édipo Rei (SÓFOCLES, 2007, p. 21).

A pergunta que enseja uma série de discussões morais e filosóficas acerca do mito: Édipo é responsável por suas ações se antes elas já haviam sido preditas por um oráculo? Tal paradoxo enseja dilemas morais os quais a filosofia aristotélica trata. Para começarmos a entender, razoavelmente, a noção de responsabilidade em Aristóteles precisa-se ver alguns questionamentos: o homem é determinado pelo seu destino (*moira*), pelo dom advindo dos deuses? E, sendo assim, quão responsável ele é por suas ações?

Por outra esfera, o homem possui a sua razão (*logos*) e pode, assim, deliberar sobre como agir. Portanto, para Aristóteles, a responsabilidade do indivíduo deve estar fundamentada como um princípio de suas ações e que ele seja conhecedor das circunstâncias em que essa ação se dá.

Com isso, ao agente recairá a deliberação de como agir racionalmente e, também, sobre quais meios lhes permitirão agir. Estabelecidas essas condições, seu ato voluntário e sua escolha são fundamentados, na liberdade do indivíduo, fazendo-o, racionalmente, responsável por suas ações.

Apesar do mito de Édipo ter ultrapassado dois mil e quinhentos anos, aproximadamente, ele ainda nos comove com seus questionamentos éticos, talvez por sua coincidência entre o desejo de não fazer e o predito pelo oráculo, e, ainda por sua responsabilidade racional ou a não-responsabilidade pelo ato fatídico.

Aristóteles apresenta, em EN III, a expressão *to eph'hemín* (o que depende de nós) quando trata da responsabilidade moral. Ele afirma que “a escolha deliberada se refere ao que depende dos agentes da ação”, ou seja, o que não está no poder individual do agente em fazer ou não fazer. (EN III, 1110a s, ; ARISTÓTELES, 2001, p.57).

O autor também descreve decisões mistas, as quais podem ser discutidas como

atos voluntários ou involuntários, pois em um ação em que o agente foi levado a praticar tal ato ordenado por um tirano com a finalidade a um nobre propósito, por exemplo, salvar sua família, há de se entender que, voluntariamente, o agente principal não escolheu isto, porém, no momento de praticar tal ação, ele escolheu racionalmente fazê-lo.

Desta forma, nas palavras do autor:

Mas, quanto às coisas que se praticam para evitar maiores males ou com algum nobre propósito (por exemplo, se um tirano ordenasse a alguém um ato vil e esse alguém, tendo os pais e os filhos em poder daquele, praticasse o ato para salvá-los de serem mortos), é discutível se tais atos são voluntários ou involuntários. Algo de semelhante acontece quando se lançam cargas ao mar durante uma tempestade; porque, em teoria, ninguém voluntariamente joga fora bens valiosos, mas quando assim o exige a segurança própria e da tripulação de um navio, qualquer homem sensato o fará. Tais atos, pois, são mistos, mas assemelham-se mais a atos voluntários pela razão de serem escolhidos no momento em que se fazem e pelo fato de ser a finalidade de uma ação relativa às circunstâncias. Ambos esses termos, "voluntário" e "involuntário", devem portanto ser usados com referência ao momento da ação.

Ainda, na mesma toada, Aristóteles salienta:

Ora, o homem age voluntariamente, pois nele se encontra o princípio que move as partes apropriadas do corpo em tais ações; e aquelas coisas cujo princípio motor está em nós, em nós está igualmente o fazê-las ou não as fazer. Ações de tal espécie são, por conseguinte, voluntárias, mas em abstrato talvez sejam involuntárias, pois que ninguém as escolheria por si mesmas. (EN III, 1110 a; ARISTÓTELES, 2001, p.44).

Com efeito, nas coisas em que pode-se agir está o poder deliberado do homem, igualmente está o poder de não agir. Isto posto, só depende do agente realizar ou não determinada ação e esta não se dá por ignorância, o indivíduo age de forma voluntária com a escolha deliberada que há. Nas palavras de Aristóteles:

Assim, por certo, virtude está em nosso poder, bem como o vício. Com efeito, naquelas coisas em que o agir está em nosso poder, igualmente está o não agir, e naquelas nas quais o não está em nosso poder, também está o sim, de sorte que, se está em nosso poder agir, quando é belo, também o não agir estará em nosso poder, quando é desonroso, e se o não agir, quando é belo, está em nosso poder, também estará em nosso poder agir, quando é desonroso. Se está em nosso poder fazer as coisas belas e as desonrosas, e similarmente o não fazer, e se é isto sermos bons e sermos maus, está em nosso poder, por conseguinte, sermos equitáveis e sermos maus, (EN III, 1113b 6-14; ARISTÓTELES, 2001, p. 66).

O filósofo disserta que “a distinção dos conceitos (ações involuntárias por coerção e por ignorância) é necessária, visto que tal habilidade ajudará a interpretar ações, determinar caráter e atribuir honras e punições de forma mais apropriada.” (EN II, 1 1109b, 30-35; ARISTÓTELES, 2001, p.54).

Com isso, o sujeito não delibera sobre algo que não está ao seu alcance, pois

estaria fora da sua força, competência e vontade. As ações involuntárias, entretanto, ocorrerão por coerção ou ignorância, ou seja, está fora do agente.

Simplificando, Aristóteles classifica que, nas ações involuntárias, por coerção, o princípio que motiva o indivíduo deve estar fora do indivíduo. (EN II, 1, 1109b, 30-35; Livro III, 1110a, 5; ARISTÓTELES, 2001, p.57). Como exemplo de tal ação, pode-se presenciar, na obra, o deslocamento de um homem pelo vento ou por homens que o dominam:

Aquelas coisas, então, que são consideradas involuntárias acontecem sob coerção ou por ignorância; se dá por coerção tudo o que tem seu princípio fora de nós, isto é, o princípio no qual não há nenhuma contribuição do indivíduo, por exemplo, se tal sujeito fosse deslocado pelo vento ou por homens que o dominam. (EN III, 1, 1110a, 1-5; ARISTÓTELES, 2001, p.57).

“Já nas ações praticadas por ignorância, o indivíduo, praticante da ação, desconhece alguns aspectos elementares desta.” (EN III, 1, 1110b25-1111a4; ARISTÓTELES, 2001, p.60). Como exemplo de tal ação, pode-se observar uma pessoa que está tentando medicar outra e, por ignorância de suas ações, confunde as medicações e termina por intoxicar outrem e matá-lo. A pessoa é ignorante em relação a saber qual é o remédio exato para tal enfermidade e, com isso, atingir um objetivo final: a cura da enfermidade.

Outro critério para que a ação seja considerada involuntária é que “seus desdobramentos causem dor ou arrependimento no indivíduo.” (EN III, 1, 1110b15-23; ARISTÓTELES, 2001, p.59).

Aristóteles, na seguinte passagem, cita os elementos sobre os quais o indivíduo pode ser ignorante para que a ação seja considerada involuntária:

Um homem pode ser ignorante em relação a quem ele é, ao que faz, às coisas e pessoas sobre as quais age, às coisas com as quais age (com qual instrumento), aos fins para os quais age (para a segurança), e à maneira como age (de forma gentil ou violenta). (EN III, 1, 1111a 2- 10, ; ARISTÓTELES, 2001, p.60).

Ainda, Aristóteles identifica outro tipo de ação, sendo esta, a não-voluntária. Tal ação tem por critérios a ignorância, por parte do indivíduo, porém este não tem ressentimento de vergonha ou arrependimento:

O homem que age devido à ignorância e não sente a mínima culpa por sua ação, não age voluntariamente, uma vez que ele não entende o que fez; nem também, involuntariamente, devido à ausência de dor. [...] e o homem que não se arrepende deve, pela diferente natureza de sua ação, ser chamado de indivíduo não-voluntário; uma vez que ele difere do outro, é sensato que se atribua a ele apropriada classificação. (EN III, 1, 1110b, 15-22; ARISTÓTELES, 2001, p.59).

Ao delimitarmos as definições de ações involuntárias e não-voluntárias, no pensamento aristotélico, pode-se identificar a definição de ações voluntárias, pois se as ações involuntárias e não-voluntárias são aquelas praticadas sob coerção ou por ignorância do indivíduo praticante da ação, as ações voluntárias, por outro lado, são aquelas que não são praticadas sob coerção e por ignorância, ou seja, de uma forma simplificada, o indivíduo praticante conhece exatamente os aspectos elementares de sua ação e, ainda, não sofre interferências externas ao praticá-las.

Podemos verificar tal afirmação na obra:

(...) um ato voluntário, mas ainda é preciso que esse ato seja acompanhado de dor e arrependimento. Dado que aquilo que é feito por constrangimento ou por ignorância é involuntário, o ato voluntário pareceria ser aquele cujo princípio reside no próprio agente, conhecendo as circunstâncias particulares nas quais sua ação se produz. Sem dúvida, é difícil chamar involuntários os atos feitos por impulsividade ou por desejo. (EN II, 1, 1111a20-25; ARISTÓTELES, 1973, p.60-61).

Como exemplo disso, pode-se verificar o caso em que um indivíduo manipula um instrumento medicinal, bisturi, com a finalidade de executar uma cirurgia e tratar algo, que está de seu conhecimento, em outra pessoa. No cenário, o indivíduo conhece seu instrumento (bisturi), sabe como manipulá-lo, pois fez um curso em uma faculdade, na qual, ensinava cada passo de como utilizar tal instrumento.

Há, ainda, de compreender que o indivíduo sabe exatamente em qual lugar pode manusear o seu instrumento, isto é, uma sala de cirurgia. O indivíduo conhece claramente seus fins, sendo este, a cura da enfermidade outro homem.

Com isso, o indivíduo está agindo, de forma voluntária, ou seja, sabe exatamente o que está fazendo, sem interferência de coerção ou por ignorância e tem uma finalidade. Ainda, para correlacionar com temáticas ora já abordadas, o indivíduo está agindo de forma voluntária, segundo o autor. Pois não é tolo em suas ações, age racionalmente e tem como finalidade absoluta um supremo bem.

O filósofo também discute sobre a existência de ações mistas. Estas ações são aquelas em que é dada ao indivíduo a oportunidade de escolha, porém as opções disponíveis resultam em dor quando escolhidas. Neste caso, a ação é voluntária, pois houve a oportunidade de escolha, porém é involuntária, na teoria, pois ninguém optaria por fazê-lo. O filósofo esclarece o conceito na seguinte passagem:

Mas em relação às coisas que são feitas por temor a um mal maior, ou por alguma causa nobre [...] deve-se discutir se são ações voluntárias ou involuntárias. Algo do tipo acontece quando atiram mantimentos ao mar durante uma tempestade; na teoria, ninguém jogaria mantimentos voluntariamente, a não ser para fins da própria segurança e da tripulação [...] Tais ações são mistas, mas aproximam-se mais de ações voluntárias; visto que são passíveis de escolha no momento em que são feitas.

[...] Logo, o homem age voluntariamente; pois o princípio que move instrumentalmente as partes de seu corpo para a ação, está dentro dele [...] Tais ações, logo, são voluntárias, mas na teoria, talvez involuntárias; visto que ninguém escolheria fazê-lo. (EN III, 1, 1110a, 5-20; ARISTÓTELES, 1973, p. 57-58).

Atos como esses são mistos, para o autor, porém assemelham-se mais às ações voluntárias, pois elas são escolhas deliberadas do sujeito, no momento em que são realizadas; além disso, a finalidade da ação varia com as circunstâncias de cada caso – neste caso, o indivíduo escolheu fazer tal ação, mesmo por coerção ou medo. Foi uma atitude, em grande parte, de agir conforme o que fora dito. Fazer ou não algo depende do agente.

Todavia, Aristóteles disserta que ninguém escolheria tal ação (coercitiva) por si próprio, só o fez por medo e/ou coerção de outrem, seja algum fenômeno da natureza ou algum indivíduo.

Em toda obra, sempre aparece que a virtude e o vício estão no poder do homem; o poder do sim ou do não e, por conseguinte, a possibilidade de agir de outro modo:

Assim, por certo, a virtude está em nosso poder, bem como o vício. Com efeito, naquelas coisas em que o agir está em nosso poder, igualmente está o não agir, e naquelas nas quais o não está em nosso poder, também está o sim, de sorte que, se está em nosso poder agir, quando é belo, também o não agir estará em nosso poder, quando é desonroso, e se o não agir, quando é belo, está em nosso poder, também estará em nosso poder agir, quando é desonroso. Se está em nosso poder fazer as coisas belas e as desonrosas, e similarmente o não fazer, e se é isto sermos bons e sermos maus, está em nosso poder, por conseguinte, sermos equitáveis e sermos maus. (EN III 5 1113b 5-14; ARISTÓTELES, 2001, p. 66 -67).

3 A Liberdade Antes da Noção de Vontade

Após delimitar o problema da ética como sendo a questão do que é o sumo bem, ou seja, a felicidade, Aristóteles propõe que a felicidade é uma atividade da alma segundo a virtude perfeita, delimitada a partir do livro I até o livro III. No capítulo anterior, verificamos as noções dos diferentes tipos de ação divididas em voluntárias, involuntárias e não-voluntárias. A partir desse capítulo, dá-se, por análise, o desenvolvimento das questões relacionadas entre as ações e o conceito de liberdade (*eleutheria*).

O autor, após abarcar esses temas, irá adentrar a uma problemática, a saber, a vontade livre deliberada e, em conexão a ela, os temas da voluntariedade das ações e a responsabilidade do indivíduo. Aristóteles afirma, constantemente, que “depende de nós (*eph'hemin*) agir para o bem ou para o mal.” (EN III, 1113b6, 1114a30; ARISTÓTELES, 2001, p.68). A partir dessas concepções e análises, é que determina o que é agir virtuosamente.

Com isso, o autor traz um debate acerca da liberdade do querer e da responsabilidade humana. Tal temática será cuidadosamente abordada, nas obras do filósofo, e introduzida nas discussões da liberdade da vontade. Podemos verificar tal afirmação na obra:

Também a virtude depende de nós, bem como o vício: com efeito, naquilo em que depende de nós o agir, depende de nós também o não agir, e naquilo em que depende de nós o não, depende de nós também o sim. (EN III, 1113b 6-8; ARISTÓTELES, 2001, p.66).

A liberdade como conceito é ligada, dentre outras questões, às morais e às políticas na filosofia aristotélica. O autor utiliza a felicidade como fim ideal e mais desejável para todos os homens. Tal conceito deve ser alcançado por meio da razão em conjunto com hábitos virtuosos.

Desta forma, observa-se a relação entre a noção de um indivíduo livre (*eleutheros*) e a capacidade de alcançar a felicidade como sumo bem. Algumas capacidades para a condição de ser um homem livre podem ser compreendidas da seguinte forma: 1) a capacidade de deliberação; 2) ser o único animal racional que pode observar com antecedência se sua ação é boa ou não; 3) ter a possibilidade de escolha em suas ações; 4) não ter um fim atribuído por outra pessoa; 5) saber estabelecer o fim que é bom, isto é, a felicidade ou ações que levam a tal fim. Todavia, há de se fazer

entender que a deliberação somente acontece com hábitos virtuosos orientados pela razão.

A primeira teoria filosófica que se demonstrou relevante a versar sobre a liberdade foi desenvolvida por Aristóteles. Tal teoria foi desenvolvida pelo filósofo através da sua obra *Ética a Nicômaco*. Aristóteles sustenta que é considerado livre aquele que apresenta, em si mesmo, o princípio norteador que o impulsiona a agir ou não agir.

Ou seja, a ideia de liberdade estaria vinculada ao ser como causa interna de sua própria ação ou omissão. Além disso, o filósofo defende o princípio que depende do agente uma ação boa, assim como dependerá do autor da ação a não realização de um ato mau.

Com isso, a liberdade na filosofia aristotélica não é abordada enquanto a liberdade do sujeito (voltado para a autodeterminação), a saber, enquanto liberdade do desejo ou arbítrio. Esses sentidos são pertencentes à filosofia moderna. Ao contrário, Aristóteles trata a liberdade como a ausência de interferências externas e internas na ação ou omissão do agente titular da liberdade, isto é, o homem detentor da liberdade não poderia ser coagido a agir. A respeito disso, o autor disserta:

Pois é pelas ações que praticamos nas relações com os homens que nos tornamos justos ou injustos; e é pelas ações que praticamos em situações de perigo, e pelo hábito de temer ou ter coragem, que nos tornamos, uns corajosos, outros, covardes. E é de modo semelhante também em relação aos desejos e aos impulsos: alguns, de fato, se tornam temperantes e calmos, outros, intemperantes e irascíveis, por comportarem-se nas situações, uns de um modo, outros de outro. (EN II, 1113b 14-20; ARISTÓTELES, 2001, p. 40).

Por isso, advêm ao indivíduo, provido de liberdade, as múltiplas escolhas para que seja realizada uma decisão de agir ou não. Tal realização seria considerada um ato voluntário. A voluntariedade se dá pela capacidade deliberativa dos agentes, isto é, todo agente que é capaz de deliberar sobre os meios é imputável moralmente. Nas palavras do autor:

Ora, ele [o homem] age voluntariamente, uma vez que o princípio – que move as partes do corpo, as quais são instrumentos da ação – está nele.; e, se o princípio da ação está nele, então, depende dele praticar ou não praticar uma ação. (EN III, 1110 a 15-18; ARISTÓTELES, 2001, p.58).

O comentarista C. Natali descreve que “a causa motora depende do mover-se ou do estar parado; e com base também em certas características gerais da noção de causa.” (NATALI, C., 2004, p. 62).

A respeito dessa temática, Aristóteles investiga a causa primeira em seu livro

intitulado *Física*:

Deve-se sempre investigar a causa primeira [...]; além disso, os gêneros de causas são causas dos efeitos em sentido genérico, as causas singulares, dos efeitos singulares, por exemplo, o escultor é causa da estátua e este escultor é causa desta estátua. Física I e II, 195b25-27 (ARISTÓTELES, 2010, p.50).

Pode-se ver, na *Ética a Nicômaco*, que o indivíduo seja causa das ações, isto é, está aberta, a ele, a possibilidade, em alguma determinada situação, de agir ou não agir e, ainda, de determinar qual é o modo desse agir:

Deliberamos, ao invés, sobre as coisas que dependem de nós e são realizáveis: são estas aquelas que restam. Com efeito, julga-se que natureza, necessidade e acaso sejam causas e, além disso, o sejam o intelecto e tudo aquilo que depende do homem. Os indivíduos singulares deliberam sobre coisas que podem ser realizadas por meio deles. (EN III, 1112a 30-34; ARISTÓTELES, 2001, p. 65).

De uma forma simples, quando Aristóteles fala do que depende de nós entende-se que tais coisas são aquelas que, genericamente, nos é possível fazer e não fazer na forma de uma ação singular:

Algo de similar ocorre também nos casos em que se jogam para fora do navio objetos pesados durante as tempestades: em geral, ninguém faz isso voluntariamente, mas todas as pessoas razoáveis o fazem, pela própria salvação e a dos outros. Ora, ações do gênero são mistas, mas se assemelham mais àquelas voluntárias. Com efeito, no momento em que são feitas são fruto de uma escolha, e o fim da ação depende das circunstâncias. [...] Coisas deste gênero são voluntárias, mesmo que, talvez, em absoluto sejam involuntárias: ninguém jamais escolheria realizar uma destas por ela mesma. (EN III, 1110a8-14 e 18-19; ARISTÓTELES, 1973, p.58).

Na analogia, utilizada por Aristóteles, há um contraste entre ações iguais e situações motivadas por algo diferente, ou seja, o fato de jogar objetos fora do navio não seria algo voluntário. Por outro lado, em uma situação específica, sendo esta uma tempestade, pode-se presenciar uma ação voluntária ou mista por parte do indivíduo.

Sendo assim, Aristóteles não se propõe a analisar somente as ações humanas por si só. Pois podem haver ações iguais, mas com ocorrências singulares, isto é, situações específicas em que por um momento não seria preferível para o agente agir de tal forma, porém algo adverso fez com que o sujeito escolhesse deliberadamente esta ação.

Portanto, é descrevendo o estado de ânimo do indivíduo que deverá ser determinado se tal ação é, verdadeiramente, virtuosa. Torna-se, então, restrito o campo da escolha deliberada, pois ao mesmo tempo que o agente tem um poder de escolher, e isso dá-se voluntariamente, esse poder diz respeito somente ao que está ao seu alcance de fazer.

Para o autor, “delibera-se a respeito das coisas que comumente acontecem de

certo modo, mas cujo resultado é obscuro, e daquelas em que este é indeterminado.” (EN III 3 1112b05-10; ARISTÓTELES, 2001, p.63).

Ademais, nas palavras de Aristóteles:

Ora, o homem age voluntariamente, pois nele se encontra o princípio que move as partes apropriadas do corpo em tais ações; e aquelas coisas cujo princípio motor está em nós, em nós está igualmente o fazê-las ou não as fazer. (EN III 1 1110a15-20; ARISTÓTELES, 2001, p.58).

Ainda, o autor continua, no Livro II, afirmando que a ação é livre se é tomada por um agente “(...) que tenha conhecimento das circunstâncias particulares do ato.” (EN II 1111a 20-25; ARISTÓTELES, 2001, p. 62).

Se o agente pode dizer sim ou não, fazer ou não fazer, o ato é voluntário, por conseguinte, há responsabilidade, seja punição ou louvor. Por outro lado, “o ato forçado, compulsório ou determinado, ocorre quando o princípio motor da ação não está no agente. Todavia, as ações involuntárias se dão por coerção ou por ignorância.” (EN III, 1110a; ARISTÓTELES, 2001, p.57). Isto porque, a primeira situação, o princípio, está fora do agente da ação. Não há nestes casos nenhuma contribuição do indivíduo para realizar determinada ação. A causa motriz é externa. (EN III, 1110a15-16; ARISTÓTELES, 2001, p.58). Dentre estas, involuntárias, também está a ação por ignorância em que alguém não sabe o que fazer. Basicamente é uma ignorância relativa ao meio, circunstâncias e não ao fim.

Voltando ao paradoxo de *Édipo Rei*: alguém que golpeia o pai pensando que é um inimigo, este não é culpado. Porém, se ignora que deve respeitar o pai, é culpado. Ainda, as ações involuntárias produzem sofrimento e pesar e indicam que aquilo que é feito por ignorância é não-voluntário.

Deste modo, este capítulo traz as alegações de Aristóteles acerca do que “depende de nós”, a deliberação (*bouleusis*). Para o autor, depende de cada indivíduo, voluntariamente, aquilo que está ao seu alcance e é realizável. Ou seja, não dependem de nós os eventos naturais, as coisas móveis e imóveis, ações realizadas por outrem que não dependem de nós. Nas palavras do próprio autor:

Pelo contrário, deliberamos sobre as coisas que dependem de nós e são realizáveis: são estas as que permanecem. De fato, pensa-se que a natureza, necessidade e acaso são causas, além do intelecto e de tudo o que depende do homem, e os indivíduos deliberam sobre as coisas que podem ser realizadas por obra daquele. (EN III, 1112b30-34, ; ARISTÓTELES, 2001, p.63-64).

A escolha, portanto, está vinculada à bondade ou à maldade, ou seja, o desejo pode ser bom ou ruim, a racionalização consiste em direcioná-lo, o que envolve

deliberar e refletir. Para tanto, a virtude evidencia-se através dos meios para obter a finalidade de uma ação. O homem virtuoso escolhe, voluntariamente, as coisas boas e os meios justos.

Com efeito, o indivíduo bom é capaz de julgar, corretamente, cada classe de coisas. Coisas peculiares são nobres e aprazíveis, correspondentemente a cada disposição de caráter e, talvez, o que distingue fundamentalmente o indivíduo bom é o fato de ele contemplar corretamente a sua disposição individual, como se ele próprio fosse a regra e a medida. (EN III, 4, 1113a 29-35; ARISTÓTELES, 2001, p.66). Isso significa que para o autor, o homem bom julga, corretamente, todas as coisas, e todas que parecem verdade realmente são. Com isso, Aristóteles afirma:

De fato, para cada uma das disposições individuais existem coisas belas e agradáveis e, sem dúvida, o que mais distingue o homem bom é que ele vê em todas as coisas a verdade, existindo para elas algum tipo de regra e uma medida. (EN III, 1113 a 31-35; ARISTÓTELES, 2001, p.66).

Com isso, ao introduzirmos a noção de escolha deliberada e o que depende de nós, devemos correlacionar esses dois assuntos à temática da liberdade. Aristóteles define que a virtude, como o vício, depende, unicamente, do ser humano, pois ao contrário dos animais que não têm, em sua natureza, a possibilidade de escolha entre o bem e o mal, o justo e o injusto, o homem, ser naturalmente dotado de consciência, isto é, um ser pensante, tem a capacidade moral de escolher, voluntariamente, ações boas ou más. Ou seja, depende de nós escolher uma ação boa, na mesma proporção que escolher não realizar uma má ação. Salienta o Estagirita:

Porém, se alguém afirmasse que as coisas prazerosas e aquelas boas são coercitivas, visto que nos empurram necessariamente mesmo estando fora de nós, para este todas as ações viriam a ser forçadas, pois todos fazem tudo em vista do prazeroso e do bem. (EN III, 1110b 9-11; ARISTÓTELES, 2001, p. 57).

Para Aristóteles, a ação moral do homem está ligada, intrinsecamente, com a liberdade da vontade. Sendo assim, uma ação voluntária envolve a liberdade de escolha do indivíduo. Contudo, Aristóteles deixa claro para o leitor que o homem decide a respeito de assuntos que dependem dele ou que possam ser realizados. O indivíduo, na *Ética a Nicômaco*, tem a faculdade deliberativa sobre as questões, nesse sentido, Aristóteles coloca em questão o ato de deliberar partindo das ações voluntárias que podem ser realizadas seja pelo seus esforços, disposição de caráter, inclinações humanas, etc. O autor, no livro III, disserta:

Deliberamos sobre as coisas que estão ao nosso alcance e podem ser realizadas; e essas são efetivamente as que estão. Porque como causas

admitimos a natureza, a necessidade, o acaso, e também a razão e tudo que depende do homem. Ora, cada classe de homem delibera sobre as coisas que podem ser realizadas pelos seus esforços. E no caso das ciências exatas não há deliberação como, por exemplo, a respeito das letras do alfabeto (pois não temos dúvidas quanto à maneira de escrevê-las) ao contrário, as coisas que realizamos pelos nossos esforços, mas nem sempre de mesmo modo, essas são objetos de deliberação. (EN III, 1112a 30-34; ARISTÓTELES, p.63-64).

A capacidade dos homens em decidir incide sobre os fatos de suas vidas. Aristóteles coloca em questão exemplos do cotidiano dos seres humanos que podem interferir nas suas escolhas deliberadas por meio da liberdade individual. Para o autor, só um ser humano virtuoso pode deliberar para o bem e com sensatez. Com isso, só pode ser objeto de deliberação aquilo sobre o que um homem sensato delibera. Nas palavras do próprio autor:

Não deliberamos acerca de fins, mas a respeito de meios. Um médico, por exemplo, não delibera se há de curar ou não, nem um orador se há de persuadir, nem um estadista se há de implantar a ordem pública, nem qualquer outro delibera a respeito de sua finalidade. Dão a finalidade por estabelecida e consideram a maneira e os meios de alcançá-la; e, se parece poder ser alcançada por vários meios, procuram o mais fácil e o mais eficaz; e se por um só, examinam como será alcançada por ele, e por que outro meio alcançar esse primeiro, até chegar ao primeiro princípio, que na ordem de descobrimento é o último. Com efeito, a pessoa que delibera parece investigar e analisar da maneira que descrevemos, como se analisasse uma construção geométrica. (EN III,1112b11-21; ARISTÓTELES, 2001, p.64-65).

Para trazermos as temáticas dos livros anteriores da *Ética a Nicômaco* (I e II), a noção de liberdade humana é intrínseca ao fim último absoluto que Aristóteles propõe como bom. O autor afirma que, nas ações, há um fim último a que todos os homens tendem, isto é, a felicidade. Contextualizando, de uma forma mais simples, a liberdade em Aristóteles é faculdade deliberativa de escolher entre uma ação boa ou má, em um ato voluntário, com o fim último voltado à felicidade.

Ainda, para o filósofo, o homem só seria feliz se pudesse exercer ações voluntárias em conformidade com a razão e, conseqüentemente, as virtudes. De acordo com o autor:

Também se ajusta à nossa concepção a dos que identificam a felicidade com a virtude em geral ou com alguma virtude particular, pois à virtude pertence a atividade virtuosa. Mas há, talvez, uma diferença não pequena em colocarmos o sumo bem na posse ou no uso, no estado de ânimo ou no ato. Porque pode existir o estado de ânimo sem produzir nenhum bom resultado, como no homem que dorme ou que permanece inativo; mas a atividade virtuosa, não: essa deve necessariamente agir, e agir bem. (EN I,1098a30-1099a; ARISTÓTELES, 2001, p. 13).

Na *Ética a Nicômaco*, II, 3, após Aristóteles ter analisado a importância da ação, o autor continuará dissertando sobre o mesmo tema, porém de uma outra forma. O autor

salienta que a ação, em si mesma, não é suficiente para provocar elogio e censura. Para tanto, é necessário verificar a moralidade do indivíduo que explicita o seu estado de ânimo:

As ações virtuosas não são realizadas justamente ou de um modo temperante, quando não têm uma certa qualidade, mas o são se, além disso, aquele que age o faz encontrando-se em certas condições: em primeiro lugar, se age conscientemente; a seguir, se realizou uma escolha e o ato virtuoso foi escolhido por ele mesmo; em terceiro lugar, se age com uma disposição firme e conjuntamente imutável. (EN II, 1105a28-33; ARISTÓTELES, 2001, p.45).

Percebe-se, nos textos do autor, a sua preocupação em determinar quais as condições do agente para merecer elogio e censura. É de grande valia para Aristóteles o conhecimento das condições da ação e dos meios usados. Como falado em tópicos anteriores, no exemplo de um indivíduo que utiliza o bisturi como forma de curar a enfermidade de outrem. Tal indivíduo está agindo, antes de tudo, sabendo aquilo que se faz, seja do ponto de vista do fim de sua ação dos meios empregados. Na mesma toada, Aristóteles disserta nos livros II e III:

Uma vez que a virtude se refere a paixões e ações e que elogios e censuras são atribuídos para as ações e paixões que são voluntárias, enquanto para aquelas involuntárias se dá perdão e, algumas vezes, piedade, distinguir o voluntário do involuntário é certamente necessário para aqueles que examinam o campo da virtude e é útil também aos legisladores, no que se refere aos prêmios e punições. (EN II, 1109b 30-35; ARISTÓTELES, 2001, p. 54).

Ainda sobre esse assunto, Aristóteles continua:

Porém, se alguém afirmasse que as coisas prazerosas e aquelas boas são coercitivas, visto que nos empurram necessariamente mesmo estando fora de nós, para este todas as ações viriam a ser forçadas, pois todos fazem tudo em vista do prazeroso e do bem. (EN III, 1110b 9-11; ARISTÓTELES, 2001, p.58-59).

A tese de Aristóteles na *Ética a Nicômaco*, de forma resumida, é que a ação voluntária é de causa interna ao indivíduo quando este indivíduo conhece os aspectos singulares, nos quais a ação se verifica. A condição utilizada pelo autor é que, na ação voluntária, o sujeito não tenha outra causa motora externa que influencie no seu agir, como ocorre quando o homem é movido pelo vento ou por outras pessoas. Sendo assim, a ação voluntária só depende do sujeito que a executa, nesse caso, ele é a causa motora primeira.

Desta forma, o autor analisa as ações voluntárias:

Não são voluntárias do mesmo modo as ações e os estados habituais: somos senhores das nossas ações do princípio até o fim, se conhecemos as condições particulares do agir; para os estados habituais somos senhores do seu início, mas aquilo que se acrescenta em cada caso singular não nos é conhecido, como ocorre também no caso das doenças. No entanto, uma vez

que depende de nós fazer uso deles ou não, são voluntários por isso. (EN III, 1114b30-1115a3; ARISTÓTELES, 2001, p.70).

Sendo assim, para o filósofo, mesmo que o homem tenha adquirido um certo caráter que determina seu agir de uma determinada maneira, ele ainda será senhor de suas ações.

Quando falamos em deliberação, liberdade e ações é necessário voltar os pensamentos para o conceito de silogismo prático de Aristóteles. Tal silogismo analisa a deliberação como algo dado aos seres humanos de forma universal pela alma deliberativa e pelas virtudes do caráter. Para pensadores modernos, o silogismo prático é uma explicação em termos formais do raciocínio prático.

A exemplo disso, pode-se ver, nos textos do autor Carlo Natali, comentador de Aristóteles:

[...] o silogismo prático é uma concisa forma de exposição das principais características da concepção de Aristóteles de conhecimento prático. Os aspectos e características deste silogismo se harmonizam com as características gerais da *φρόνησις* [prudência] e também com a importância do papel que Aristóteles reserva a fatores não-rationais e emocionais na determinação da ação. Aristóteles usa o vocabulário do silogismo e compara com o raciocínio teórico para expressar as principais características do raciocínio prático. Os assim chamados silogismos práticos não são uma parte especial do raciocínio prático, mas são os próprios raciocínios práticos em si mesmos, reduzidos ao esquema do silogismo, com todas as mudanças e adaptações necessárias [...] (NATALI. C., 2001, p. 95).

Com isso, Carlo Natali afirma:

Se é verdade que Aristóteles formula a teoria do silogismo prático a fim de dar uma representação formal do processo de pensamento que é inerente a ação e que a determina, as duas premissas deste silogismo devem ser a causa da ação que resulta a partir delas. Deve, portanto, ser possível identificar, entre as premissas do silogismo prático e a ação, uma ligação especial que conecta as “premissas práticas” ao movimento físico. [...] já que para Aristóteles a conclusão do silogismo prático é uma ação [...] (NATALI. C., 2001, p. 87).

Com isso, um ponto a se notar do pensamento de Natali é que o silogismo não é uma parte dos raciocínios, mas os são em si mesmos. À deliberação, para o autor, não segue nenhum outro processo racional. O silogismo prático é uma formalização deste ato.

Contextualizando com Aristóteles, o autor formula a composição de uma ação em forma de um silogismo prático que se liga a uma pessoa singular em uma ocasião particular. Sendo assim, quando um indivíduo deseja algo (agindo conforme o princípio da ação), esse desejo advém de uma escolha e um raciocínio com um fim.

O fim, segundo o autor, necessariamente tem que ser algo realizável, o qual

Aristóteles afirma ser o bem supremo – a felicidade:

Este último governa igualmente o intelecto produtivo, já que na produção qualquer pessoa age sempre em vista de um fim; a coisa produzida não é um fim em um sentido absoluto, mas é alguma coisa relativa e produção de uma coisa determinada. Ao contrário na ação, isso que se faz é um fim no sentido absoluto, pois a boa ação é um fim, e o desejo tem esse fim por objeto. Também se pode indiferentemente dizer que a escolha ou é um intelecto que deseja ou um desejo que raciocina, e o princípio de tal ação é um homem. (EN VI, 1139b1-5; ARISTÓTELES, 2001, p. 141).

Para tanto, o papel da razão é especificar tal impulso e torná-lo praticável, assim como Aristóteles faz com uma determinação genérica transformando-a em específica.

Portanto, a deliberação seria a força motriz pela qual o indivíduo é impulsionado a determinada ação. Nesse sentido, quando se vê uma pessoa machucada, a reação, em princípio, seria de socorrê-la. Nesse caso, o último passo da ação é, senão, o primeiro passo do raciocínio, fazendo com que o indivíduo seja princípio das suas ações. Segundo o autor:

Parece também, assim como foi dito, que o homem é a origem de suas ações, e a deliberação aplica-se às coisas que são realizadas pelo próprio agente, e todas as nossas ações tendem a fins que não eles mesmos. Com efeito, o fim não poderia ser um objeto de deliberação, mas somente os meios em vista do fim. (EN III, 1112b31-32; ARISTÓTELES, 1999 p.65).

Aristóteles, portanto, se pergunta se o fim prático é diferente para cada qual, ou se há um fim único para todos. No final, ele refuta ambas as alternativas. Ele irá defender que o fim difere consoante as qualidades morais do agente, porém só um homem estimável sabe ver os fins mais desejáveis que os homens buscam. Assim, o autor parece retomar o livro I, que já afirmava:

(...) Segue-se que nem todos os fins são absolutos; mas o sumo bem é claramente algo de absoluto. Portanto, se só existe um fim absoluto, será o que estamos procurando; e, se existe mais de um, o mais absoluto de todos será o que buscamos. (EN I, 1097a 27-30; ARISTÓTELES, 2001, p. 24)

Ao continuar, no capítulo III,7, Aristóteles se empenha em um debate sobre o determinismo, o qual já era um tópico de grande discussão entre os socráticos e platônicos. A discussão sobre a responsabilidade da ação, antes de Aristóteles, era vista somente como o problema da responsabilidade das ações maldosas. Todavia, a questão, no autor, torna-se um problema relativo a todo o agir humano, bom e mau.

Ainda, o autor disserta acerca da dificuldade perante os indivíduos ao encontrarem o meio termo de suas ações:

A virtude depende de nós, tal como o vício: com efeito, no que a ação depende de nós, depende também o não agir, e no que depende de nós o não, depende nós também o sim. De maneira que, se a ação, quando é bela,

depende de nós, dependerá de nós também o não agir, quando é torpe, e se depende de nós ou não agir, quando é belo, dependerá de nós também a ação, quando é torpe. Por conseguinte, se depende de nós cumprir as ações belas e as ações torpes, e ao mesmo tempo também não as cumprir, e isso é o que dissemos ser aquilo em que consiste a bondade e a maldade, dependerá de nós, então, sermos boas pessoas ou más. (EN III, 1113b6-13; ARISTÓTELES, 2001, p.65).

Com relação às ações voluntárias, o autor analisa a definição de ato voluntário, pois para se atribuir qualquer valor seja de louvor ou punição aos atos de responsabilidade dos indivíduos, faz-se necessária tal investigação das práticas voluntárias e involuntárias:

Ora, o homem age voluntariamente, pois nele se encontra o princípio que move as partes apropriadas do corpo em tais ações; e aquelas coisas cujo princípio motor está em nós, em nós está igualmente o fazê-las ou não as fazer. (EN II 1, 1110a15-20; ARISTÓTELES, 2001, p.58).

Com isso, se o agente pode dizer sim ou não para as suas escolhas, o ato é voluntário; conseqüentemente, há responsabilidade, por parte do indivíduo, seja em uma ação para o bem ou para o mau. Todavia, ocorrem ações que não são movidas pelo princípio motor da ação, ou seja, são atos forçados, por exemplo, quando a força motriz da vontade, escolhas, não está no agente praticante da ação.

Ainda, com relação aos atos voluntários, Aristóteles esclarece que nem todo ato voluntário parte de uma escolha, porém toda escolha é voluntária. Nas palavras do autor:

A escolha, pois, parece ser voluntária, mas não se identifica com o voluntário. O segundo conceito tem muito mais extensão. Com efeito, tanto as crianças como os animais inferiores participam da ação voluntária, porém não da escolha; e, embora chamemos voluntários os atos praticados sob o impulso do momento, não dizemos que foram escolhidos. (EN III 2, 1111b5- 10; ARISTÓTELES, 2001, p.61).

O autor questiona, ainda no livro III, se somos responsáveis pelos estados habituais de caráter. Em outras palavras, não há como mudar de repente por uma simples decisão. A mudança do caráter, para o autor, está no exercício das ações particulares. Assim é que se formam as disposições de caráter.

Portanto, aquele que comete atos injustos ou intemperantes, não sendo ignorante, terá por consequência ser injusto ou intemperante e, voluntariamente, o será:

Assim é digno de quem é completamente estúpido ignorar que de cada ação feita derivam os estados habituais: se alguém faz, não por ignorância, algo que o fará tornar-se injusto, será injusto voluntariamente. Além do mais, é absurdo que quem faz injustiças não queira ser injusto, ou quem faz ações intemperantes não queira ser intemperante, mas nem por isso lhe é possível deixar de, quando quer, ser injusto e tornar-se justo. De fato, com efeito, nem sequer quem está doente pode tornar-se saudável, mesmo que se dê o caso que tenha adoecido voluntariamente, vivendo desregradamente e não prestando atenção aos médicos. No início para ele havia a possibilidade de não adoecer, mas quando se deixou ir já não era mais possível. (EN III,

1114a9-17; ARISTÓTELES, 2001, p.68).

O fato do bem se apresentar a algum indivíduo, num certo modo como fim correto, não torna involuntária uma ação. Isto sendo, a causa final nunca é constrictiva. O que não pode agir, diversamente, é o desejo que foi habituado de certa maneira. Entretanto, nesse caso, a responsabilidade é do agente de toda forma. A partir disso, dá-se a tese de Aristóteles:

As ações e os estados habituais não são voluntários da mesma maneira. Nós somos senhores das nossas ações do princípio ao fim, se conhecermos as condições particulares do agir. Pelo contrário, para os estados habituais somos senhores desde o início, mas desconhecemos o que se acrescenta em cada caso, como acontece também com as doenças. (EN III, 1114b30-1115a3; ARISTÓTELES, 2001, p.70-71).

Aristóteles, introduziu alguns termos técnicos da discussão sobre o determinismo, como estabelecer o que depende de nós. Além disso, ele alargou a discussão às ações em geral, eliminando a limitação às ações más. Finalmente, ele elaborou uma teoria das causas que permite explicar o agir humano sem torná-lo necessário.

Conclui-se acerca da explicação causal que o ser humano é a primeira causa motora da ação, embora tenha fins, porque os fins não movem necessariamente o que tende para eles.

4 A Escolha Deliberada e a Disposição do Caráter: o Homem Como Ser Livre e Capaz de Agir Virtuosa e

Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, trata a discussão sobre a natureza da escolha deliberada para entender se esta escolha pode ser incorporada ou não à noção de vontade presente em sua teoria. O termo “escolha” costuma ser a tradução da palavra grega *haíresis*. Na obra principal, especificamente, no capítulo 1 do livro III, este conceito aparece por diversas vezes, fazendo com que comentadores comecem a pensar sobre a escolha deliberada (*proaíresis* partindo do princípio como um requisito para a voluntariedade de uma ação).

Para o filósofo, “portanto, tais ações são, de um lado, mistas; de outro, assemelham-se mais às voluntárias, pois são escolhidas (*hairetai*), no momento em que são praticadas, e o fim da ação se dá conforme a ocasião.” (EN III, 1110 a 13; ARISTÓTELES, 2001, p.58).

Zingano, em seus comentários aos livros de *Ética a Nicômaco*, afirma que não é necessário interpretar a relação entre voluntário e escolha deliberada como uma biimplicação, mas devemos antes interpretar essa relação de forma unidirecional: a ação é voluntária, porque é por escolha deliberada, mas não basta que seja voluntária para que seja por escolha deliberada.

“Assim, teríamos dois âmbitos de responsabilidade moral: um âmbito primeiro, que é o voluntário, condição sine qua non da responsabilidade moral, enquanto a escolha deliberada seria o âmbito pleno de responsabilidade moral.” (ZINGANO, 2008, p.145).

A temática abordada situa-se dentro do estudo das virtudes morais na *Ética a Nicômaco*, mais, precisamente, nos livros I ao III. O autor disserta, a partir do final do livro I até o livro III, temas que fazem parte do estudo das virtudes morais (escolha deliberada, meio-termo, ato voluntário, disposição de caráter etc.), que foram analisados e estudados nos capítulos anteriores.

A partir do entrelaçamento destes conceitos, surge, por consequência, uma problemática clássica da história da filosofia, a qual foi frequentemente abordada na filosofia aristotélica: a vontade livre dos indivíduos. Dentro dessa problemática, pode-se analisar, no campo da filosofia aristotélica, as problemáticas acerca da possibilidade ou não de alguém mudar de caráter, isto é, se um determinado comportamento, baseado no hábito do cotidiano do homem, poderia ser mudado ou não.

Aristóteles direciona sua reflexão em torno das disposições adquiridas pelo hábito, pois deve-se saber até que ponto essas disposições determinam as escolhas dos homens e/ou são condições necessárias para o agir virtuoso. Em toda a obra principal, Aristóteles está inclinado à sua reflexão moral em torno dos atos virtuosos, pois para ele é uma atividade racional da alma.

Ainda, nos estudos sobre a virtude, a felicidade é a própria atividade da alma conforme a virtude perfeita. Compreende-se, em Aristóteles, que a natureza da virtude é a própria felicidade. (EN I 13, 1012b 05-10; ARISTÓTELES, 2001, p. 34).

A respeito da virtude moral como construção do caráter humano, o autor argumenta:

Numa palavra: as diferenças de caráter nascem de atividades semelhantes. É preciso, pois, atentar para a qualidade dos atos que praticamos, porquanto da sua diferença se pode aquilatar a diferença de caracteres. E não é coisa de somenos que desde a nossa juventude nos habituemos desta ou daquela maneira. Tem, pelo contrário, imensa importância, ou melhor: tudo depende disso. (EN II 1 1103b20-25; ARISTÓTELES, 1894, p. 39).

A relação entre escolha deliberada e disposição de caráter é envolta em dilemas, pois da mesma forma que Aristóteles disserta sobre o poder do agente nas escolhas de suas ações, ele também afirma que o caráter do homem condiciona a possibilidade deste indivíduo ser ou não virtuoso. Seguindo a investigação do autor:

Mas talvez um homem seja feito de tal modo que não possa ser diligente. Sem embargo, tais homens são responsáveis em razão da vida indolente que levam, por se haverem tornado pessoas dessa espécie. Os homens tornam-se responsáveis por serem injustos ou intemperantes, no primeiro caso burlando o próximo e no segundo passando o seu tempo em orgias e coisas que tais; pois são as atividades exercidas sobre objetos particulares que fazem o caráter correspondente. Bem o mostram as pessoas que se treinam para uma competição ou para uma ação qualquer, praticando-a constantemente. (EN III 5 1114a05-10; ARISTÓTELES, 1894, p.68).

Mais à frente, tais argumentos, empregados por Aristóteles, ficam em evidência quando este analisa a responsabilidade do injusto e o intemperante quando adquirem um determinado caráter vicioso e, conseqüentemente, estão condicionados a uma vida com tais naturezas características, ou seja, para o autor, o caráter influencia o agente:

O mesmo sucede com o injusto e o intemperante: a princípio dependia deles não se tornarem homens dessa espécie, de modo que é por sua própria vontade que são injustos e intemperantes; e agora que se tornaram tais, não lhes é possível ser diferentes. (EN III 5 1114a20-25; ARISTÓTELES, 1894, p.68).

O caráter, para Aristóteles, é fundido e formado através das ações, uma vez que por meio dos atos praticados verifica-se a qualidade do caráter de tal agente. Isso é

determinante: atos virtuosos tornam um homem virtuoso. Diante disso, ele disserta: “(...) nenhuma função humana desfruta de tanta permanência como as atividades virtuosas, que são consideradas mais duráveis do que o próprio conhecimento das ciências.” (EN I, 10 1100b10-15; ARISTÓTELES, 2001, p.31).

Na visão aristotélica sobre escolha, entende-se que esta é algo próprio das criaturas racionais, como visto no capítulo anterior, pois, para o autor, envolve “um princípio racional e pensamento”, ou seja, o indivíduo não se identifica com aquele determinado desejo por algo, mas sim, com a adoção dos meios para alcançar o seu fim. O agente escolhe o que está ao seu poder, isto é, os meios capazes de alcançar o fim de sua ação.

Sendo assim, o fim não é um objeto de deliberação para os homens, porque jamais haverá como desejar ser infeliz, uma vez que para Aristóteles é da natureza intrínseca dos seres humanos.

Sabendo que o objeto de escolha (de dizer sim ou não) é uma coisa que está ao poder dos homens, pode-se verificar a definição aristotélica de escolha:

Sendo, pois, o objeto de escolha uma coisa que está ao nosso alcance e que é desejada após deliberação, a escolha é um desejo deliberado de coisas que estão ao nosso alcance; porque, após decidir em resultado de uma deliberação, desejamos de acordo com o que deliberamos. (EN III, 1113a 10-14; ARISTÓTELES, 2001, p. 52).

Para tanto, os animais não são capazes de escolha e deliberação, porque a escolha é um desejo deliberado que ocorre, no interior da parte racional da alma, parte que os animais não têm. Sendo assim, os animais e as crianças sempre agem orientados por um impulso, e não pelo desejo racional.

Para o autor, estudar as virtudes era algo tão fundamental para a formação das ações humanas que ele se debruça sobre as análises da natureza de atos virtuosos, os seus excessos e faltas, o meio-termo que é a característica de um ato virtuoso. Em Aristóteles, vê-se que o objeto a ser estudado não é, puramente, o agir pelo agir, mas sim tudo o que engloba uma ação. Nas palavras do próprio autor:

O mesmo ocorre com as virtudes: tornamo-nos temperantes abstendo-nos de prazeres, e é depois de nos tornarmos tais que somos mais capazes dessa abstenção. E igualmente no que toca à coragem, pois é habituando-nos a desprezar e arrostar coisas terríveis que nos tornamos bravos, e depois de nos tornarmos tais, somos mais capazes de lhes fazer frente. (EN II 2 1104a30-35; ARISTÓTELES, 2001, p. 42).

Na mesma toada, o autor irá afirmar:

Alguém poderia perguntar que entendemos nós ao declarar que devemos tornar-nos justos praticando atos justos e temperantes praticando atos

temperantes; porque, se um homem pratica tais atos, é que já possui essas virtudes, exatamente como, se faz coisas concordes com as leis da gramática e da música, é que já é gramático e músico. (EN II 4 1105a15-20; ARISTÓTELES, 1999 p. 44).

Aristóteles, então, segue suas análises acerca das virtudes como a disposição de caráter que conduz o indivíduo a uma escolha no agir. Nessa perspectiva, a virtude é uma escolha entre agir bem ou mal, agir ou não agir, etc. Há, portanto, uma problemática acerca desses temas, pois estamos lidando com seres agindo, hipoteticamente, de forma virtuosa, e seres que são virtuosos.

A virtude, portanto, é uma escolha do meio termo mediante as ações. Para o autor, a virtude é responsabilidade do agente, “ora, o exercício da virtude diz respeito aos meios. Por conseguinte, a virtude também está em nosso poder, do mesmo modo que o vício, pois quando depende de nós o agir, e vice-versa.” (EN III 5 1113b05-10; ARISTÓTELES, 2001, p.66).

Ainda, o autor disserta sobre o assunto no Livro II:

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. (EN II,6 1106b35-1107a05; ARISTÓTELES, 2001, p.48).

Com isso, surge uma problemática acerca da relação entre disposição de caráter e escolha deliberada. Torna-se, então, difícil a distinção e o entrelaçamento entre o agente virtuoso e a ação virtuosa. Sendo assim, é difícil distinguir se a virtude é mais uma escolha ou uma determinação. Veremos, em breve, o problema do determinismo na filosofia aristotélica e comentadores de Aristóteles.

Diante disso, as disposições de caráter com as escolhas deliberadas consistem no indivíduo agir de outro modo. Todavia, o hábito molda à disposição do caráter de modo que ela vá excluindo o sentido contrário, fazendo com que o homem seja determinado a fazer tudo da mesma forma.

Aristóteles, ao estabelecer a possibilidade do indivíduo agir de outro modo como condição de sua responsabilização, cria um paradoxo: onde o agente de caráter virtuoso tem sua vontade determinada, pois como virtuoso não pode deixar de agir de outra forma, então a própria ação virtuosa seria isenta de responsabilização? Seria o agir virtuoso um condicionamento de caráter? Uma problemática enfrentada por Aristóteles é a relação entre ação e caráter como temas propostos pelo determinismo.

Em *Ética a Nicômaco* II 3, Aristóteles, após ter analisado a importância da ação, seja como elemento da formação do caráter, seja como explicitação exterior de um

caráter já completamente formado, salienta que a ação, em si mesma, não é suficiente para provocar elogio e censura, mas que, para uma avaliação moral do indivíduo, é necessário que ele aja em um determinado estado de ânimo. (EN II, 1105a 28-33; ARISTÓTELES, 2001, p.44).

Com isso, Aristóteles busca ainda, no livro III, determinar quais são as condições para um indivíduo merecer elogio ou censura:

Uma vez que a virtude se refere a paixões e ações e que elogios e censuras são atribuídos para as ações e paixões que são voluntárias, enquanto para aquelas involuntárias se dá perdão e, algumas vezes, piedade, distinguir o voluntário do involuntário é certamente necessário para aqueles que examinam o campo da virtude e é útil também aos legisladores, no que se refere aos prêmios e punições. (EN II, 1109b 30-35; ARISTÓTELES, 2001, p.57).

A tese de Aristóteles acerca dos atos voluntários e involuntários está ligada diretamente ao agente em suas virtudes, entrelaçando a sua disposição de caráter como forma da mudança ou não do agente. O caráter, na filosofia de Aristóteles, é visto como algo que se adquire, ou seja, se os homens adquirem um certo caráter que os leva, necessariamente, a agir de certo modo, logo, este são senhores de suas ações.

Consequentemente, Aristóteles está afirmando que os seres humanos são responsáveis por suas escolhas deliberadas, adquiridas ou não através do hábito, virtuosas ou não. Vale salientar que tais ações são vistas pelo autor como aquilo que “depende de nós.” Ética a Nicômaco, 1112a 30-34, p.63-64; 1113b6-8; ARISTÓTELES, 2001, p.66).

Todavia, o autor se preocupa em analisar não somente as ações dos indivíduos por si só, mas o porquê que tal pessoa agiu daquela maneira. Se este poderia fazer diferente, por que não o fez? Ou até mesmo analisar se ele poderia fazer diferente. Há atos que jamais um indivíduo faria em sua natureza do caráter, porém em um determinado momento precisou ou fez-se necessário agir de tal forma. (EN III, 1110a8-14 e 18-19; ARISTÓTELES, 2001, p.57-58).

Portanto, pode-se dizer que Aristóteles descobriu uma série de determinações que são capazes de determinar o estado de ânimo necessário para que uma ação seja considerada voluntária. Tais observações auxiliam a determinar, na prática, como um agente praticou, em uma situação singular, tal ação, isto é, basicamente, Aristóteles se propõe a saber o motivo pelo qual as pessoas agem como agem. Se é algo de sua natureza, determinadas ou pelo hábito.

Na época do autor, não havia surgido a teoria do determinismo. Assim, pode-se

entender que Aristóteles não se ocupou de maneira direta e explícita deste problema. Todavia, ele elabora muitas das considerações e bases teóricas que foram fundamentais para a reflexão filosófica sucessiva sobre o tópico. Destarte, até os dias atuais, os dilemas do determinismo relacionados à responsabilidade e à formação do caráter do agente são fomentados por comentadores de Aristóteles com suas diversas interpretações.

Zingano comenta que o problema do determinismo do caráter consistiu em colocar no agente a responsabilidade pela formação do caráter (ZINGANO, M. 2008, p. 22). Se ele foi responsável por adquirir a disposição, que agora o impedem de agir de outro modo, foi por ter inicialmente deliberado a respeito disso. Um análogo desse exemplo é o bêbado que deve ser punido duas vezes, pois embora não poderia escolher agir de outro modo, por força do álcool, poderia ter escolhido inicialmente não beber. Como a escolha habitual, nesta perspectiva, se revela em última análise deliberada, ela não é involuntária e passível de desculpas. Da mesma maneira, o sábio age para o bem, mas há algo, inicialmente, que origina a sua disposição de caráter. Ele tinha duas opções básicas: agir para o bem, virtuosamente, ou agir para o mal, com falhas e vícios.

Os comentários de Zingano acerca da ética aristotélica consistem em ser a sua ética uma busca da liberdade, mas que acaba numa psicologia determinista. Contudo, a disposição não determina a escolha, pois a ação está sempre aberta a diversas realizações. O ser humano, apesar de seu caráter fixo, ontologicamente, é indeterminado, podendo nas ações voluntárias, escolher deliberadamente o que fazer.

Aristóteles, em suas pesquisas sobre a ação, investiga em que medida esta ação poderia ser atribuída à livre escolha do indivíduo praticante da ação. Ainda, no autor, prevalece a tese em que o mesmo critério de avaliação deveria ser aplicado nos casos de ações boas ou más trazendo à tona, a partir de tal abordagem, o problema do determinismo.

Para o autor os atos voluntários são aqueles cuja causa motora esteja, primeiramente, no agente da ação; além disso, nestes atos o agente conhecerá as consequências e circunstâncias da ação que está praticando. Todavia, o autor acrescenta que não se deve analisar somente a ação, como se ela fosse um fim por si mesma, mas sim buscar o porquê de ela ter acontecido. Sendo assim, o agente praticou tal ação por que não teria outra solução, ou por que a sua disposição de caráter o fez praticá-la?

Na *Ética a Nicômaco* é necessário, para buscar um fim, a ativação da causa motora. Em uma única ação voluntária, pode-se haver inúmeras causas. Todavia, a

causa motora deverá estar no agente praticante. Há uma dependência da causa motora relacionada ao indivíduo. Ao indagar sobre as condições das ações por louvor e censura, Aristóteles prepara um caminho para a discussão da liberdade e determinismo que continuou sendo elucidado e debatidos nos séculos sucessivos a ele.

Com isso, a discussão acerca do voluntário e do involuntário é constituída através do desenvolvimento da análise do problema do agir humano e de sua liberdade. Já vimos tais debates no livro III 1-7 da *Ética a Nicômaco*. O autor descreve o caráter moral como um elemento importante, mas não decisivo, para saber se houve voluntariedade na ação ou não. Assim, Aristóteles descreve o caráter moral como um elemento importante, mas não decisivo perante a verificação da voluntariedade de uma ação. (EN III, 1110a 7; ARISTÓTELES, 2001, p.57).

Ao falar sobre o conceito de destino, faz-se necessário retornar à responsabilidade do indivíduo e à relação que o liga à possibilidade de escolha entre contrários. Sendo assim, a possibilidade dos contrários, isto é, dizer sim ou não, está alinhada ao princípio motor das ações de um indivíduo.

No livro III, o caráter se individualiza à forma específica do motor das ações individuais:

Parece, pois, como já ficou dito, que o homem é um princípio motor de ações; ora, a deliberação gira em torno de coisas a serem feitas pelo próprio agente, e as ações têm em vista outra coisa que não elas mesmas. Com efeito, o fim não pode ser objeto de deliberação, mas apenas o meio. E tampouco podem sê-lo os fatos particulares: por exemplo, se isto é pão e se foi assado como devia, pois tais coisas são objetos de percepção. Se quiséssemos deliberar sempre, teríamos de continuar até o infinito. (EN III, 1112b 31-35; ARISTÓTELES, 2001, p.65).

Sendo assim, Aristóteles identifica a ação livre com aquela não causada por uma força motriz externa, distingue as variadas causas e seus tipos, abrindo caminho, novamente, para abordar o conceito de destino.

A questão surge, no decorrer da argumentação da *Ética a Nicômaco*, a respeito da natureza da virtude, de modo que o papel da disposição de caráter, na ação, conflitua com a exigência da virtude em ser uma escolha deliberada do agente. A análise de Zingano defende uma ética aristotélica da virtude, mas nela não é a virtude que é fundante, mas sim a ação moral, que precede e prevalece sobre a virtude. Assim, ser bom é agir bem.

Podemos atribuir aos comentários de Zingano a ideia de que vale muito mais a ação final em ter feito o bem, ou seja, o indivíduo agir de forma boa, do que meramente ser um agente virtuoso. Em outras palavras, a virtude não é algo fundamental para que

alguém aja de uma forma boa. Nas palavras do autor, “as ações determinam a qualidade das disposições” (ZINGANO, 2008, p.97).

Com isso surge, na argumentação aristotélica, um problema a respeito do papel da disposição de caráter em relação a escolha deliberada, já que a fixidez da disposição de caráter na ação conflita com a exigência da virtude em ser uma escolha deliberada do agente. Nos parece que Aristóteles, em sua obra, coloca no agente o poder de deliberar sobre os meios, sendo os fins determinados pelo caráter do agente:

Com efeito, o homem bom aquilata toda classe de coisas com acerto, e em cada uma delas a verdade lhe aparece com clareza; mas cada disposição de caráter tem suas ideias próprias sobre o nobre e o agradável, e a maior diferença entre o homem bom e os outros consiste, talvez, em perceber a verdade em cada classe de coisas, como quem é delas a norma e a medida. (EN III 4 1113a30-35 (ARISTÓTELES, 1973, p. 66).

Há, portanto, um contraponto. No mesmo momento que o autor afirma o poder do agente, nas escolhas dos meios, ele também afirma que o caráter do indivíduo condiciona a sua possibilidade de ser ou não virtuoso. A possibilidade da mudança no caráter humano é uma problemática iniciada por Aristóteles, mas continuada por outros grandes pensadores e filósofos. Na *Ética a Nicômaco*, não há uma conclusão acerca da temática (cf. EN III 5 1114a05-10; ARISTÓTELES, 2001, p. 68).

A partir do exposto, fica pendente a relação de disposições de caráter com as escolhas deliberadas. O problema pode ser visto da seguinte forma: a livre escolha de um agente consiste nele ter a opção em agir de outro modo. Todavia, deve-se entender que por meio do hábito, o indivíduo é moldado à disposição de modo que ela vá excluindo o sentido contrário, neste caso, ele fica sujeito à determinação: fazer tudo da mesma forma.

Levanta-se um questionamento acerca disso: caso o agir virtuoso por excelência seja o agir determinado pelo caráter bom, a ética aristotélica, a final, estaria em busca de um bem que leve ao determinismo?

Em outras palavras, quando Aristóteles estabelece a possibilidade de o homem agir de outro modo, sob a condição de responsabilidade individual, ele cria um paradoxo em que o indivíduo de caráter virtuoso tem a sua vontade determinada: sendo virtuoso, ele não teria como agir de outro modo. Portanto, ele não seria responsável por suas ações tendo em vista que não haveria como agir de outra forma?

A temática em questão sustentou debates entre pensadores ao longo da história da filosofia. Há, entre as várias posições propostas e debatidas neste âmbito de estudos filosóficos, teorias que, defendendo a compatibilidade entre determinismo e

responsabilidade moral, poderiam nós ajudar a enfrentar o paradoxo aristotélico descrito acima. Segundo o filósofo contemporâneo Harry Frankfurt, por exemplo, o determinismo não seria contrário à responsabilidade. Ele analisa o fundamento da relação entre a possibilidade de agir de outro modo e a responsabilidade moral:

No meu entender, contudo, a relação entre a responsabilidade moral e a liberdade da vontade tem sido amplamente mal interpretada. Não é verdade que uma pessoa seja moralmente responsável pelo que fez somente se a sua vontade fosse livre quando ele fez. Ela pode ser moralmente responsável pelo que fez até mesmo se sua vontade não fosse de nenhum modo livre (FRANKFURT, apud HOBUSS, 2012, p. 15).

Com isso, percebe-se que, para Frankfurt, uma pessoa é moralmente responsável pelo que fez se e somente se a sua vontade for livre quando ele o fez. A proposta não deixa de despertar dúvidas, já que, como nota o especialista em filosofia antiga João Hobuss, os argumentos de Frankfurt estariam baseados na fixação das crenças morais adquiridas pelo agente. Diante disso, quando é estabelecido um conjunto de crenças não há a possibilidade de a vontade do agente agir de maneiras diferentes.

Na abordagem de Aristóteles, todavia, parece possível dizer que ao indivíduo ainda será atribuída a responsabilidade por seus atos. Nos parece que com base na *Ética a Nicômaco* e na *Metafísica*, há uma flexibilidade perante os resultados que o caráter produz. Nas palavras do autor: “cada uma das coisas que são acompanhadas de razão são igualmente capazes de efeitos contrários.” (*Metafísica*, 1046b5; ARISTÓTELES, 2005, p. 40). Ainda, ele está aberto a mudanças e necessita de manutenção para preservar-se ao longo do tempo:

Mas, sem dúvida, não é suficiente que durante sua juventude os homens recebam uma educação e cuidados igualmente adequados; já que eles devem, mesmo atingindo a idade adulta, colocar em prática as coisas que aprenderam e transformá-las em hábito, nós também precisaremos de leis para regular a disciplina nessa idade e, de uma maneira geral, para toda a vida; de fato, a maioria das pessoas obedece mais pela necessidade do que pelo argumento, e mais por punições do que pelo bem. (EN X, 1180 a 1-5; ARISTÓTELES, 2001, p. 263-264).

Com isso, nas palavras de João Hobuss:

É difícil acreditar que, em Aristóteles, o determinismo – e o conseqüente compatibilismo entre o mesmo e a responsabilidade moral como quer Frankfurt – se instale após a formação de uma determinada disposição de caráter, mesmo que isto pareça ser o caso quando ele afirma que uma disposição que produz determinado efeito não pode gerar um efeito contrário (EN 1129a 11-13). Isto pressuporia uma fixidez no que concerne à disposição que impede o agente que possui tal disposição de agir diferentemente. Mas não é necessário dramatizar o alcance desta passagem, pois esta parece sugerir somente que, ao contrário da ciência e da potência, a disposição é portadora de uma estabilidade que não deve ser desprezada. O importante a ressaltar é o fato de que várias passagens mostram que esta estabilidade ou fixidez não é incontornável e que é necessário perseverar no hábito para que

não a percamos mesmo depois de adquirida (cf., por exemplo, EN 1180a 1 s.). Neste sentido, estaremos sempre abertos aos contrários (Met. 1046b 5), à possibilidade de agir de outro modo, o que descarta um determinismo ancorado em uma dada disposição de caráter, virtuosa ou viciosa (HOBUSS, J., 2012, p. 18).

Na mesma toada, Zingano suscita que, na antiguidade, a solução para o problema do determinismo do caráter era colocar a responsabilidade pela formação do caráter no agente. (ZINGANO, M. 2008, p.80). Dessa forma, se o agente foi responsável por adquirir uma disposição que o impede de agir de outra forma, ele fez por deliberação de sua vontade. Sendo assim, houve uma escolha inicialmente.

Voltando aos textos de Aristóteles, podemos ver o exemplo do bêbado que deve ser punido, pois embora não tenha escolhido agir de outro modo por conta do alcoolismo, ele poderia ter escolhido, inicialmente, não beber. Pelo contrário, Aristóteles fala sobre o sábio que age sempre para o bem, mas que, inicialmente, escolheu esta disposição. Ademais, ele poderia agir diferente por suas escolhas, falhas ou pelas circunstâncias singulares de uma ação, todavia, escolheu praticar ações para o bem.

Porém, há de se fazer entender que a disposição não determina as escolhas, pois a ação do indivíduo está sempre ligada a um leque de possibilidades e realizações no agir. Em cada situação, há sempre uma nova realidade que o agente enfrenta, e a sua disposição abrange a possibilidade de agir de maneira diferente.

Em Aristóteles, pode-se ver que o ser humano tem a possibilidade, em cada ação, de dizer sim ou não:

Por conseguinte, as ações são chamadas justas e temperantes quando são tais como as que praticaria o homem justo ou temperante; mas não é temperante o homem que as pratica, e sim o que as pratica tal como o fazem os justos e temperantes. É acertado, pois, dizer que pela prática de atos justos se gera o homem justo, e pela prática de atos temperantes, o homem temperante; sem essa prática, ninguém teria sequer a possibilidade de tornar-se bom. (EN II,1105b 5-13; ARISTÓTELES, 2001, p. 33).

Com isso, a fixidez da temática acerca da disposição de caráter e a escolha deliberada estão, exatamente, na possibilidade de agir de outro modo, melhor dizendo, a permanência dessa questão ainda, atualmente, é buscar saber se há, em uma determinada situação, a possibilidade de um indivíduo agir de outra forma. Se este age, voluntariamente, para o bem ou para o mal e o porquê de tal ação.

A questão surge na *Ética a Nicômaco* quando Aristóteles trata da natureza das virtudes, fazendo com que a disposição de caráter, na ação, enseje conflitos com a exigência da virtude nas escolhas deliberadas do agente. Como visto nos pensamentos

de alguns filósofos que se ocupam do problema da coexistência do determinismo e liberdade e dos estudiosos que visam entender qual é o posicionamento de Aristóteles, a temática não tem um ponto de vista em comum a todos, já que as suas análises apontam diferentes soluções e perspectivas ao dilema entre o determinismo e a responsabilidade em relação à disposição do caráter nas escolhas humanas.

Conclui-se que, no livro III da *Ética a Nicômaco*, há uma análise dos atos voluntários, da deliberação, escolha, vontade e aquilo que depende de nós. Tais assuntos seguem-se na discussão do autor sobre a virtude moral apresentada nos livros I e II. É só depois deste estudo que Aristóteles se debruçará em suas investigações das virtudes particulares, as quais constituem o final do livro III, o livro IV e o livro V.

Para tanto, no final do livro III, 4, Aristóteles avalia a escolha deliberada (*proairesis*). Para o autor, a escolha deliberada é acompanhada de pensamento e reflexão. (EN III, 1112a; ARISTÓTELES, 2001, p.62). Neste sentido, a escolha é fruto do processo de deliberação do homem. Nesse sentido, a simples escolha (*haíresis*) aparenta indicar a possibilidade de mais um curso de ação. Em outras palavras, há contrários, opções de dizer sim ou não às ações voluntárias.

Por último, a escolha pode sim ser notada, no interior de uma ação voluntária, pois esta noção de ação voluntária está ligada ao poder que o agente tem de fazer ou não fazer, o que nos parece ser uma menção a noção dos contrários. Dizer sim ou não a ações em que o princípio motor reside no próprio agente. (EN III, 1110 a 15; ARISTÓTELES, 2001, p.58).

5 O Que Depende de Nós: A Responsabilidade Moral e a Possibilidade de Agir de Outro Modo

Como uma forma de fechar a linha de pensamento proposta pelo presente trabalho, devemos compreender a expressão *to eph'hêmin* (o que depende de nós) a qual foi apresentada por Aristóteles na investigação sobre a escolha deliberada (*prohairesis*) em *Ética a Nicômaco* III 4. O autor afirma que a escolha deliberada se refere às coisas que dependem de nós. (EN II, 1111b 30-31; 1112a 30-31; 1113a 10-11; ARISTÓTELES, 2001, p.62, 63, 65).

Dessa forma, como colocado, no capítulo anterior, está no nosso poder fazer ou não fazer, o que possibilita para o agente a escolhas dos contrários. Sendo assim, o indivíduo pode escolher x , ou $\sim x$, por exemplo.

No interior de toda a obra, Aristóteles passeia por essa argumentação e explicita o motivo pelo qual é evidente essa disposição. Em todos os livros, há essa conformidade de pensamento. Ainda, há uma colaboração entre duas obras do autor: a *Ética a Eudemo* com a *Ética a Nicômaco*. Nas palavras do autor, “o que tem a possibilidade não somente de ser e não ser, mas ainda tem a possibilidade de fornecer um objeto de deliberação aos homens (...) depende de nós o que façamos ou não.” (*Ética a Eudemo* 1226a 23-29; ARISTÓTELES, 1991, p. 20).

Em consoante com a *Ética a Nicômaco*, o autor disserta “com efeito, naquelas coisas em que agir está em nosso poder, igualmente está o não agir, e naquelas nas quais o não está em nosso poder, também está o sim.” (EN III 1113b 7-9; ARISTÓTELES, 2001, p.66).

Em outras palavras, não deliberamos sobre aquilo que não está ao nosso alcance, há circunstâncias advindas de uma estrutura de comportamentos da vida a respeito da qual não há como deliberar. Porém, naquilo que depende de nós fazer ou não fazer, deve haver tal ação voluntária (*Ética a Eudemo*, 1225b 8-10; ARISTÓTELES, 1991, p.50).

Como visto anteriormente, ações voluntárias implicam a opção dos contrários, isto significa que, dizer sim ou não em uma dada circunstância diz respeito a uma atitude voluntária do agente, ele pode escolher fazer ou deixar de fazer, ou seja, houve uma escolha e esta foi voluntária. Há de salientar que a expressão *to eph'hêmin* não está ligada, diretamente, ao conceito de voluntário que Aristóteles trás no Livro III da EN.

Tanto na *Ética a Nicômaco* quanto na *Ética a Eudemo* está no nosso poder o sim ou o não e, por consequência de tal ação, a possibilidade de agir de outro modo. Está no

poder do injusto ou do intemperante não se tornar assim, mas uma vez que se tornaram tais, o fizeram voluntariamente. Nas traduções de Zingano:

Isto fica claro nos que treinam para qualquer uma competição ou prática, pois passam a vida a exercitar-se. O ignorar que as disposições provêm do exercitar-se nos atos particulares é marca de alguém totalmente insensível; mais ainda, é irracional que o homem que comete uma injustiça não pretenda ser injusto ou que o homem que cai na intemperança não pretenda ser intemperante; se alguém pratica as ações pelas quais se tornará injusto, não ignorando, ele é voluntariamente injusto. Todavia, isto não significa que, sendo injusto, cessará de o ser quando quiser e ficará justo; tampouco o doente cessa de estar doente e fica são quando quer. Contudo, se assim ocorre que leva uma vida de modo acrático e não obedece aos médicos, adoecerá voluntariamente. Por um lado, era-lhe, em um momento, possível de não adoecer; tendo dissipado a saúde, não lhe é mais possível, assim como não é mais possível àquele que lançou uma pedra recuperá-la; no entanto, estava em seu poder o lançar, pois o princípio estava nele. Similarmente, era possível ao injusto e ao intemperante não se tornarem tais no início, e por isso o são voluntariamente. Porém, aos que se tornaram injustos ou intemperantes, não lhes é mais possível não o serem. (EN III, 1114a, 9-21; ARISTÓTELES, 2020, p. 68).

Haja vista a problemática desse tema, isto é, se aquilo que depende de nós são ações voluntárias, é embaraçante pensar que nos tornamos intemperantes e injustos para sempre – melhor dizendo, uma vez que o somos, não podemos mais deixar de sê-lo.

Todavia, aceitar as conclusões dos textos, tanto da *Ética a Nicômaco* quanto da *Ética a Eudemo*, significa afirmar que o agente está sempre apto a executar ações ou não, pois está no seu poder, ou seja, ele está diante de duas possibilidades.

Com isso, podemos concluir que o caráter não é mutável, simplesmente, porque o desejamos. Há um processo de formação do caráter e, embora as ações sejam voluntárias e mutáveis, não há como ser mutável um caráter por um simples ato de vontade. Com relação à existência de contrários x ou $\sim x$, o agente irá decidir como agir nas circunstâncias em que está inserido.

Uma proposta para clarear os textos aristotélicos seria dizer que a disposição do caráter de uma pessoa é um processo quase que irreversível, e por isso, na prática, há um motivo pelo qual, na situação particular em que a pessoa está inserida ela não poderia e/ou seria muito difícil ou raro ela agir diferente do que o fez. Ou seja, há, desde o princípio, um processo pelo qual o agente passou que fez com que ele pensasse em agir daquela forma.

Porém, fica um questionamento: como podemos responsabilizar moralmente uma pessoa se a disposição moral o fez agir assim e, independentemente, de sua vontade, ela não poderia agir de outra maneira? Diante disso, como um agente é responsável por suas ações, boas ou más, se a nossa disposição de caráter já determinou, anteriormente,

o que ia ser feito sem que pudéssemos mudar o rumo da ação?

Somos senhores das nossas ações do início ao fim, mas somos senhores das nossas disposições somente no início delas. Nas palavras do próprio autor:

Porém, as ações e as disposições não são voluntárias do mesmo modo; com efeito, de um lado, somos senhores de nossas ações do início ao fim, desde que conhecedores das circunstâncias; de outro, somos senhores do início das disposições, mas o acréscimo caso a caso não é distinguível, assim como ocorre nas doenças. Porque, porém, estava em nosso poder nos servir assim ou não assim, por esta razão são voluntárias. (EN III,1114b 30; 1115a3; ARISTÓTELES, 2001, p. 30).

As particularidades de cada caso não poderiam ser observadas anteriormente à ação. Assim, é possível ao injusto e ao intemperante não se tornarem assim no início e, por não terem feito algo para mudar o curso de suas ações, o são voluntariamente. Com isso, há a possibilidade de o injusto e intemperante não o ser mais? Sim, mesmo que tal mudança de sua disposição do caráter seja muito difícil e rara. Para o autor:

De todas as formas de incontinência, aquela dos homens de humor excitável é mais fácil de curar do que aquela dos homens que deliberam sem persistir em sua decisão, e aqueles que são incontinentes por hábito se curam facilmente do que aqueles que o são por natureza, pois se muda mais facilmente por hábito do que por natureza. Mesmo o hábito difícil de ser mudado, precisamente por esta razão, pois, segundo Eveno, ele se assemelha à natureza: o hábito, meu caro, é somente um exercício de longa prática, que acaba por tornar-se uma natureza nos homens. (EN VII, 1152a 27-33; ARISTÓTELES, 2001, p.180).

A respeito da responsabilidade moral do indivíduo, Harry Frankfurt pressupõe que uma pessoa somente pode ser responsabilizada na medida em que ela tem a possibilidade de agir de outro modo. Ainda, para Frankfurt, podemos agir a partir do nosso livre arbítrio agindo de outro modo e mesmo assim sermos moralmente responsáveis. O autor afirma:

No meu entender, contudo, a relação entre a responsabilidade moral e a liberdade da vontade tem sido amplamente mal interpretada. Não é verdade que uma pessoa seja moralmente responsável pelo que fez somente se a sua vontade fosse livre quando ele fez. Ela pode ser moralmente responsável pelo que fez até mesmo se sua vontade não fosse nenhum modo livre (FRANKFURT, apud HOBUSS, 2012, p. 15).

Voltando aos textos aristotélicos, na *Ética a Nicômaco* o autor afirma que uma disposição que produz determinado efeito não pode gerar um efeito contrário. Em outras palavras, há uma fixidez a respeito da disposição fazendo com que seja impedido de agir diferentemente. De acordo com o Livro V:

De fato, o que ocorre em relação às ciências e às potências não é o mesmo que em relação às disposições de caráter. Pois uma potência ou uma ciência parecem ser a mesma coisa e se relacionam com os contrários, mas uma disposição de caráter, que é um de dois contrários, não resulta em contrários. Por exemplo, a partir da saúde não são produzidas coisas contrárias à saúde,

mas apenas coisas saudáveis, pois nós dizemos que alguém caminha de modo saudável quando caminha como se fosse saudável. (EN V, 1129a 11-18; ARISTÓTELES, 2001, p.111).

Todavia, esta passagem nos parece sugerir somente que, ao contrário da ciência e da potência, a disposição é portadora de uma estabilidade que não deve ser desprezada. É importante ressaltar que, em toda a obra, Aristóteles fomenta que é necessário preservar, no hábito, a disposição, para que não a percamos mesmo depois de adquirida. (EN X 1180a 1 s; ARISTÓTELES, 2001, p.263).

A partir de tal análise, o ser humano sempre estará aberto aos contrários na possibilidade de agir de outro modo. Para Aristóteles, há a necessidade de ser preservado os bons hábitos para que não seja abalada a disposição outrora adquirida, mesmo que esta seja estável. Podemos compreender isso em razão de as opções estarem sempre abertas diante do agente moral, podendo ele agir, diferentemente, ou não e, para Aristóteles este é o ponto que fundamenta a responsabilidade moral.

Portanto, para responder a investigação aristotélica acerca da fixidez da disposição do caráter, bem como a questão da responsabilidade moral, podemos concluir que Aristóteles não foi taxativo quando apresentou “aquilo que depende de nós”. Ele empenhou-se tanto para responsabilizar os indivíduos de suas ações voluntárias boas ou más, quanto para preservar a natureza dos hábitos, a educação dos homens bons e virtuosos. É a prática dos bons costumes que fará o indivíduo perceber mais claramente, ao atingir sua idade adulta, com quais comportamentos é moralmente apropriado agir ou não agir.

O autor continua também, no livro X, falando acerca das leis que regulam a disciplina, que os seres humanos precisam de tais leis para toda a vida, porque alguns obedecem mais pela necessidade do que pelo argumento, e mais por punições do que pelo bem. (EN X,1180a 4-5; ARISTÓTELES, 2001, p. 263-264).

Ainda, as nossas disposições são determinadas pelas nossas ações. Em outras palavras, a prática reiterada de algumas ações nos conduz a uma dada disposição, seja ela virtuosa ou viciosa. É importante entender também que a disposição funcionará como uma natureza (EN, 1152a 32-33; ARISTÓTELES, 2001, p. 180), em função de sua fixidez e estabilidade. Como falado anteriormente, isso o tornará, praticamente, impossibilitado a mudança no que concerne ao caráter adquirido.

Por fim, temos diante de nós a seguinte afirmativa: um agente pode sempre dizer sim ou não em dadas circunstâncias, pois como Aristóteles deixa evidente na *Metafísica*

“cada uma das coisas as quais são acompanhadas de razão são igualmente capazes de efeitos contrários” (*Metafísica* 1046b, 5; ARISTÓTELES, 2005, p.50)

Ainda, como bem afirma Zingano, “graças à razão, o agente pode agir diferentemente” (ZINGANO, 2008, p. 6).

6. Conclusão

Este trabalho buscou analisar o tema da responsabilidade dos indivíduos e a responsabilidade em consoante à possibilidade de agirem de outro modo. O autor que inspirou o presente estudo é Aristóteles com a sua obra *Ética a Nicômaco*. Desta forma, os problemas filosóficos que fomentou tal discussão foram: até que ponto os seres humanos são responsáveis por suas ações?

Usa-se, como exemplo, a Tragédia Grega de Sófocles, intitulada Édipo Rei. Ainda, Aristóteles investiga, no livro III, a expressão *to eph'hêmin* (o que depende de nós). E por último, mais propriamente no livro X, o autor disserta sobre a possibilidade ou não dos indivíduos agirem de outro modo.

Para tanto, recapitulando o que foi analisado durante a pesquisa, Aristóteles começa o interior da sua investigação afirmando que todas as coisas tendem ao bem. Tal assertiva enseja diretamente o campo da ética filosófica. Para o autor, existem inúmeros tipos de 'bem', entretanto, o 'bem' absoluto e teleológico é a felicidade. Aquela em que todos os seres buscam, por isso a expressão "todas as coisas tendem ao bem." (EN I, 1094a; ARISTÓTELES, 2001, p.17).

Parafraseando o autor, não há como o ser humano não buscar a felicidade, pois implicaria dizer que ele está indo contra a sua natureza. Em outras palavras, os indivíduos sempre estão buscando viver bem, fazer coisas para obter algo bom e ser feliz. O bem está relacionado com as ações dos homens, pois é através delas que se pode inferir se um ser humano agiu para o bem ou para o mau.

Com isso, a noção de responsabilidade nas ações humanas é uma temática que abarca alguns problemas filosóficos envolvendo as ações voluntárias e involuntárias. Tais questões são discorridas a partir do livro III da *Ética a Nicômaco*.

Ainda, quando falamos sobre os dilemas relacionados à responsabilidade humana, deve-se analisar a escolha deliberada dos indivíduos. Tal investigação refere-se às coisas que dependem de nós (*to eph'hêmin*). O autor afirma que está no poder do agente o fazer ou não fazer. Para tanto, há uma abertura de contrários, ou seja, há duas hipóteses: o indivíduo tem o poder de escolher dizer sim ou não em uma dada circunstância. Tal resposta do indivíduo caracteriza-se através de seu caráter.

Após uma breve recapitulação dos principais assuntos abordados, faz se necessário elaborar considerações gerais e específicas da trajetória do presente estudo. Primeiramente partindo da escolha do tema, o que foi analisado ao longo do trabalho,

dentre os objetivos estabelecidos quais foram alcançados ou não, as contribuições acadêmicas e filosóficas que abarcam o trabalho e, por último, quais os próximos passos da pesquisa, melhorias e caminhos propostos.

Ou seja, um panorama do presente estudo com a finalidade de alcançar novos objetivos, tendo em vista que o trabalho acadêmico e filosófico nunca cessará. Pelo contrário, há novas perspectivas e problemas filosóficos a ser investigados e estudados em prol da continuação do aprendizado e saber.

A percepção na filosofia sobre a responsabilidade dos indivíduos, a possibilidade de mudança sempre serviu de pautas a discussões e dilemas que a filosofia permeia ao longo dos anos. Com isso, a escolha do tema surgiu de inclinações filosóficas pessoais, um forte interesse pela ética aristotélica e a própria leitura da obra principal, *Ética a Nicômaco*.

Para tanto, foi buscado analisar, no presente trabalho, noções aristotélicas acerca da responsabilidade das ações humanas, sendo estas divididas em: voluntárias e involuntárias. Ainda, há um último problema que refere-se a possibilidade de mudança. Ou seja, em uma dada circunstância o indivíduo agiria diferente? E se aquilo que depende de nós é a abertura dos contrários, em dizer sim ou não, por que há uma inclinação do caráter anterior a ação?

Todavia, o objetivo não foi responder aos dilemas filosóficos que envolvem a ética e a responsabilidade dos homens, mas sim contribuir para o acesso a um conhecimento básico da filosofia aristotélica. Ademais, buscou-se adentrar na investigação de Aristóteles, passeando pelos seus diferentes pensamentos. Espera-se, então, que essa pesquisa possa ser usada como uma forma de contribuição à filosofia. Principalmente na própria universidade, de forma a facilitar o saber filosófico e continuar os trabalhos de estudos científicos.

Com isso, o presente trabalho buscou analisar um dos temas centrais da *Ética a Nicômaco*: a responsabilidade humana e a possibilidade de agirem de outra forma. Além da obra principal aristotélica, a pesquisa baseou-se em livros, textos e comentários de grandes escritores do âmbito da filosofia antiga e aristotélica.

Após um breve resumo da análise da *Ética a Nicômaco*, deve-se compreender os objetivos e resultados alcançados. Portanto, a divulgação do conhecimento acadêmico e filosófico foi alcançada, tendo em vista a publicação e compartilhamento do conhecimento filosófico que devem ser continuados em um futuro avanço da pesquisa.

Ademais, destaca-se as limitações no presente trabalho perante a dificuldade dos

textos aristotélicos. Estudar, ler e escrever sobre filosofia é um trabalho de muito esmero, porém com muitos reparos e desafios. Ou seja, adentrar às pesquisas filosóficas é se inserir numa busca constante e para a vida toda.

Considerando a dimensão do conhecimento e sua infinitude nas pesquisas, espera-se e recomenda-se continuar um maior aprofundamento sobre esse tema. Com vistas a identificar melhor as singularidades da *Ética a Nicômaco*. Ainda, desenvolver e explorar melhor as temáticas abordadas, com a finalidade de continuar e aprimorar o presente trabalho.

Por fim, o que fica, sobretudo, é a certeza de que Aristóteles é atemporal. A sua busca investigativa permeia os séculos e confronta os pensamentos dos que o leem. Como o próprio autor diz: “todas as coisas tendem ao bem.” (EN I, 1094a; ARISTÓTELES, 2001, p. 17). Desta forma, permanece o sentimento pessoal de que essa pesquisa esteja inclinada para o bem.

Referências:

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, São Paulo: Martin Claret, 2001.

ARISTÓTELES, *Ethica Nicomachea* (ed. Bywater). Oxford: Oxford University Press, 1894.

ARISTÓTELES, *Ética Nicomachea*. Trad. C. Natali. Roma: Laterza, 1999.

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARISTÓTELES, *Ethica Nicomachea*, III 9, IV 15 - As virtudes morais. Estudo, tradução e comentários de Marco Zingano. São Paulo, *Odysseus*, 2020, 282.

ARISTÓTELES, *Ethica Eudemia* (R. R. Walzer e J. M. Mingay, eds.). Oxford: Oxford University Press, 1991.

ARISTÓTELES, *Metafísica*. (Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale). Vol.2 . São Paulo: Edições Loyola. 2005.

ARISTÓTELES, *A Física*. Trad. de Lucas Angioni. Editora UNICAMP. 1º reimpressão. 2010

CESÁR NODARI, P., *A Ética Aristotélica*, 1997.

HOBUSS, João. A responsabilidade moral e a possibilidade de agir de outro modo. In: *Veritas*. Porto Alegre: v. 57, n. 1, jan./abr. 2012, p. 9-25.

NATALI, C. Por que Aristóteles escreveu o livro III da EN? In *Analytica* v.8, n.2, 2004. pp. 47-75.

NATALI, C., *The wisdom of Aristotle*. Trad. G. Parks. Albany: State University of New York Press, 2001.

NATALI, C., (Org.). *Ética das virtudes*. Florianópolis: Ed UFSC, 2011.

NATALI, C., A responsabilidade moral e a possibilidade de agir de outro modo. In: *Veritas*. Porto Alegre: v. 57, n. 1, jan./abr. 2012, p. 9-25.

NATALI, C., Aristóteles e a possibilidade da mudança de caráter. *Dois Pontos*. Curitiba, São Carlos, vol. 10, n. 2, p.291-313, outubro, 2013.

REALE, G., *História da Filosofia Antiga*, V II,1994.

SÓFOCLES, *Édipo Rei – Antígona*. São Paulo: Martin Claret Editora, 2007. SOUZA, Roberto Acíelo.

ZINGANO, Marco. *Estudos de Ética Antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

ZINGANO, Marco. Aristóteles. *Ethica Nicomachea I 13-III 8*. Tratado de Filosofia Moral. São Paulo: Odysseus, 2008.

ZINGANO, Marco. Ação, Caráter e Determinismo Psicológico em Aristóteles e Alexandre. In: *Journal of Ancient Philosophy*, vol. 1 issue 1 2007.

ZINGANO, Marco.(Org.) *Sobre a ética nicomaqueia de Aristóteles*. São Paulo: Odysseus, 2010.